



Relatório Anual

2015

FEBRABAN
Federação Brasileira de Bancos

ÍNDICE

2

APRESENTAÇÃO

4

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

8

DESTAQUES

38

DESTAQUES
INSTITUCIONAIS

- Planos econômicos
- Regulação prudencial
- Autorregulação
- Melhoria do ambiente de crédito
- Medidas de aperfeiçoamento do mercado Crédito
- Ambiente operacional
- Relacionamento com clientes
- STAR
- Certificação de correspondentes
- Aumento de eficiência
- Relações trabalhistas

72

RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL



10

A FEBRABAN

- Missão, Visão e Valores
- Objetivos estratégicos
- Principais produtos e serviços
- Modelo de atuação
- Estrutura
- Linhas de atuação
- Público interno
- Governança
- Compromissos
- Planejamento estratégico
- Diálogos com a sociedade
- Tecnologia
- Consumo de energia

28

AMBIENTE MERCADOLÓGICO

- Cenário econômico
- Crédito
- Captações
- Resultado da intermediação financeira
- Distribuição do Valor Adicionado
- Resiliência do setor bancário

85 87

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI

CRÉDITOS

- Principais realizações
- Instituto FEBRABAN de Educação (INFI)
- Educação Financeira
- Programa Ciência sem Fronteiras

APRESENTAÇÃO

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) publica relatório anual próprio desde 1993 como forma de estreitar o relacionamento com toda a sociedade – em especial os agentes do sistema financeiro – por meio da prestação de contas de suas atividades e resultados alinhados ao desenvolvimento sustentável. [GRI G4-30](#)

Assim como nos sete últimos anos, esta publicação, que retrata o desempenho da organização de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, se inspira nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), em sua última versão, a G4, opção Essencial. Inclui ainda princípios e elementos da estrutura de Relato Integrado, inclusive indicando os capitais – Manufaturado, Financeiro, Humano, Intelectual, Natural e Social e de Relacionamento – correspondentes a cada tema e sinalizados nos capítulos. Os indicadores aqui reportados referem-se apenas à FEBRABAN e não ao seu setor de atuação, a não ser quando indicado o contrário. [GRI G4-17 | G4-28 | G4-32](#)

Em relação ao relatório anterior, publicado em 2015, referente às ações de 2014, não há qualquer correção ou reparo de informações. Este documento também não foi submetido à avaliação externa. [GRI G4-13 | G4-29 | G4-33](#)

Para a definição do conteúdo aqui retratado, a FEBRABAN tomou como base os dez temas que integram seu Planejamento Estratégico e são fruto de demandas,

anseios, desafios e expectativas dos representantes das instituições financeiras associadas. São eles: Relações trabalhistas, Planos econômicos, Autorregulação, Melhoria do ambiente de crédito, Qualidade dos serviços bancários e relacionamento com clientes, Tributação do sistema bancário, Responsabilidade socioambiental e agenda institucional, Aumento de eficiência e compartilhamento, Imagem pública do setor e regulação prudencial. No capítulo A FEBRABAN, item “Planejamento estratégico”, estão descritos os temas que serão trabalhados no decorrer de 2016. [GRI G4-18 | G4-19 | G4-20 | G4-21 | G4-27](#)

Completa ainda a relação de temas estratégicos itens recorrentes tratados nos relacionamentos da organização com outros públicos envolvidos na cadeia de negócios de seu setor de representação, como governos, empresas, mídia, ONGs e instituições nacionais e internacionais.

Dúvidas, comentários, sugestões ou críticas relacionadas a este documento podem ser encaminhadas pelo e-mail sustentabilidade@febraban.org.br. [GRI G4-31](#)

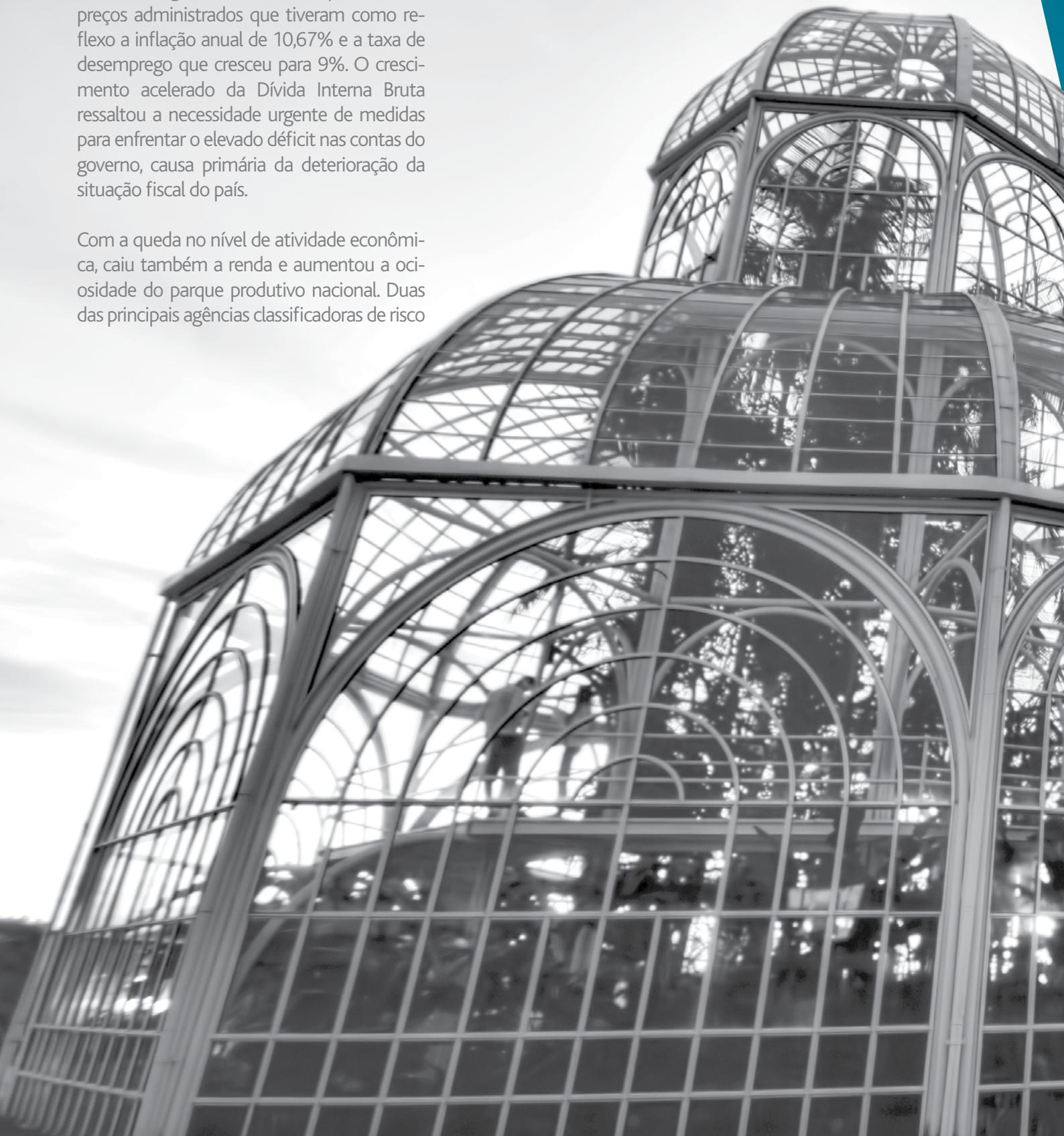
Este
relatório
materializa o
compromisso da
FEBRABAN com
a transparência
e a prestação de contas

MENSAGEM DO PRESIDENTE

GRI G4-1

O País corrigiu, em 2015, desequilíbrios nos preços administrados que tiveram como reflexo a inflação anual de 10,67% e a taxa de desemprego que cresceu para 9%. O crescimento acelerado da Dívida Interna Bruta ressaltou a necessidade urgente de medidas para enfrentar o elevado déficit nas contas do governo, causa primária da deterioração da situação fiscal do país.

Com a queda no nível de atividade econômica, caiu também a renda e aumentou a ociosidade do parque produtivo nacional. Duas das principais agências classificadoras de risco





tiraram do Brasil o grau de investimento, devido à falta de indicações seguras no quadro político sobre a solução de problemas graves como o desequilíbrio fiscal. A terceira das maiores agências de *rating* mundiais também rebaixou o Brasil, no início de 2016.

Nesse momento difícil, os bancos sobressaíram-se como fator de estabilidade da nossa economia. O setor bancário, no Brasil, diferentemente da situação verificada em outras partes do mundo, comprovou ser o caminho da solução, não fonte de problemas.

A FEBRABAN e seus bancos associados manifestaram apoio ao esforço do ministério da Fazenda para o equilíbrio fiscal e a medidas de caráter estrutural como a correção dos preços administrados, eliminando subsídios bancados pelo Tesouro; a eliminação de repasses também subsidiados a bancos estatais; o aumento gradual da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e o aumento de transparéncia das contas fiscais.

O controle da inflação é condição essencial para retomada da confiança de empresários e consumidores e para a redução progressiva e sustentável das taxas de juros, objetivo compartilhado por todos.

Na discussão ambiental, a FEBRABAN apresentou um estudo sobre O Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a Economia Verde: mensurando recursos financeiros



| Jardim Botânico

— Curitiba (PR)

O setor bancário, no Brasil, comprovou ser o caminho da solução, não fonte de problemas

alocados na Economia Verde e em setores econômicos que apresentam potencial dano socioambiental, realizado em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). A iniciativa buscou mapear os recursos do SFN alocados em empréstimos e financiamentos nos anos de 2013 e 2014. O estudo integra projeto internacional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para o qual fomos convidados a participar como representantes do Brasil. Nossa levantamento constatou que foram desembolsados para a Economia Verde no Brasil R\$ 110 bilhões – o que representa 9,6% dos empréstimos efetuados para pessoas jurídicas no período estudado.

A pedido do Ministério do Meio Ambiente, trabalhamos, ainda, na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que criou a obrigatoriedade de registro de todas as propriedades rurais do Brasil – cerca de cinco milhões –

até 2017, como requisito obrigatório para o acesso a crédito nos bancos. Com outras entidades, investimos R\$ 6 milhões na transformação de imagens captadas por satélite em mapas georreferenciados de cerca de quatro mil municípios nos biomas Mata Atlântica e Cerrado. O sistema, que permitirá identificar áreas destinadas à proteção ambiental, utilização agrícola e recuperação da cobertura vegetal, já foi concluído nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Mato Grosso, e está à disposição dos bancos associados e das prefeituras.

Participamos ainda da conferência do clima COP21, em Paris, na França, onde assinamos o Protocolo de Boas Práticas Socioambientais para o Setor Financeiro com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por meio do qual nos comprometemos a estimular e apoiar as iniciativas de elaboração de relatórios de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e de gerenciamento de riscos socioambientais por parte das instituições financeiras atuantes em São Paulo.

Maior investidor em tecnologias e inovação no país, o setor bancário também nesse campo confirmou sua vocação para contribuir com um futuro de maior qualidade no país. As despesas e investimentos em tecnologia do setor somaram R\$ 19,2 bilhões, patamar que coloca o País como sétimo entre as dez maiores economias e primeiro entre os BRICS em termos de investimento em tecnologia da informação como proporção do PIB. Isso contribuiu para aumentar o acesso e comodidade dos clientes, trazendo as atividades bancárias, literalmente, para a palma da mão: o número de operações realizadas por meio do *mobile banking* aumentou 138% em 2015; e as transações bancárias feitas por meio de computa-

dores pessoais e celulares superaram metade do total de transações realizadas pelos clientes em 2015.

Cerca de 10% dos dispêndios totais em tecnologia foram para a segurança das operações nos bancos. A segurança física das agências bancárias também foi alvo de ações específicas. O treinamento de pessoal e investimentos em equipamentos de última geração foi acompanhado de iniciativas de parceria com órgãos públicos no combate à criminalidade, muniendo-os de dados técnicos, entre os quais aqueles referentes a pontos mais vulneráveis a assaltos bancários e a *Automated Teller Machine* (ATMs) mais atacadas. O esforço coletivo fez diminuir as ocorrências de crime no Estado de São Paulo, por exemplo, onde, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), os assaltos a bancos caíram 13% em 2015, na comparação com 2014.

Entre as iniciativas de destaque do setor, com participação ativa da FEBRABAN em 2015, há que mencionar, ainda, a decisão de criar uma empresa gestora de inteligência de crédito (GIC) pelos cinco maiores bancos brasileiros. O objetivo é constituir um banco de dados que permitirá ao setor e a outras instituições de crédito aprimorar a capacidade e análise e gestão de suas carteiras de empréstimos, tanto de pessoas físicas como de jurídicas. A LexisNexis Risk Solutions, empresa especializada em fornecimento global de soluções de análise e gerenciamento de riscos, será a parceira técnica dos bancos para a criação da GIC, que ainda aguarda a aprovação de órgãos reguladores.

Outros destaques no ano foram o Cadastro Único Nacional, adotado para evitar fraudes em boletos bancários; a melhoria no ambiente de crédito, para a qual propusemos uma

série de ações; e a divulgação entre os associados do Selo de Autorregulação Bancária, que reforça nosso compromisso com a excelência na qualidade dos serviços prestados.

Participamos ainda do 5º Congresso Internacional de Gestão de Riscos, em setembro, que abordou o tema Regulação Prudencial: impactos e oportunidades para a gestão de riscos. No evento foram apontados os principais desafios para uma gestão de riscos eficiente, em virtude das alterações regulatórias que estão ocorrendo no Brasil e no mundo em consequência das mudanças previstas no acordo de Basileia.

Neste ano que passou, os problemas não impediram que se continuasse o esforço para incorporação de dezenas de milhares de brasileiros ao mercado de crédito. O crédito bancário às empresas e às famílias superou R\$ 3 trilhões, o equivalente a 54,5% do Produto Interno Bruto (PIB), muito além dos 25,5% do PIB registrados em 2003, quando o total desse crédito somava R\$ 418 bilhões.

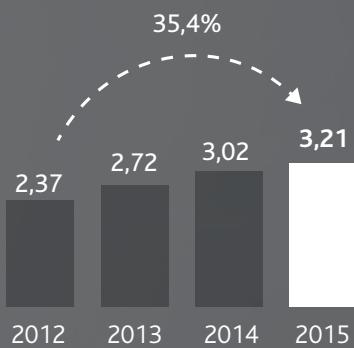
O crédito, quando concedido com responsabilidade e utilizado com prudência, pode ser uma alavanca poderosa para melhorar a vida das pessoas. Permite antecipar a realização de sonhos, como a compra de um imóvel, e promove o crescimento das empresas e de empregos.

Os bancos têm se preparado para a retomada do crescimento; investiram em eficiência e sofisticaram seu atendimento para assegurar sua capacidade de sustentar o financiamento da recuperação econômica, que esperamos ver no futuro próximo.

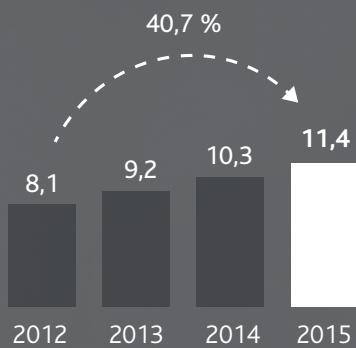
Murilo Portugal
Presidente da FEBRABAN

DESTAQUES

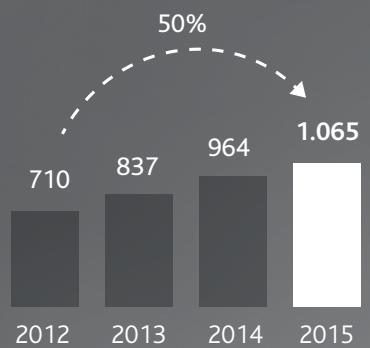
Crescimento do crédito (R\$ trilhões)



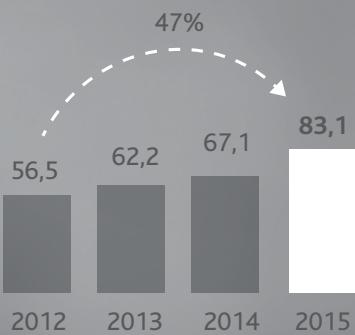
Transações com cartões de crédito e débito (bilhões)



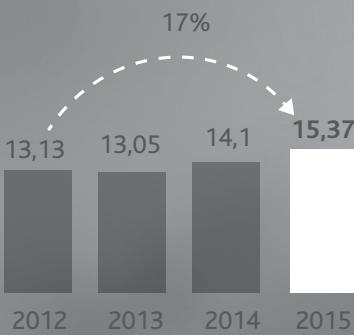
Valor das transações com cartões de crédito e débito (R\$ bilhões)



Lucro líquido do setor bancário (R\$ bilhões)



Retorno sobre patrimônio líquido do setor bancário (%)



114,6%

**Boletos eletrônicos
acumulados no Débito
Direto Autorizado –
DDA (milhões)** GRI G4-EN27

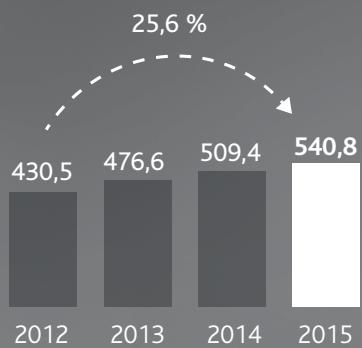
674,6

922,1

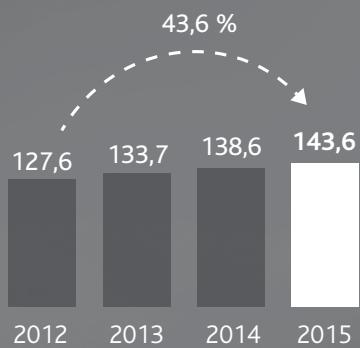
2012

2013

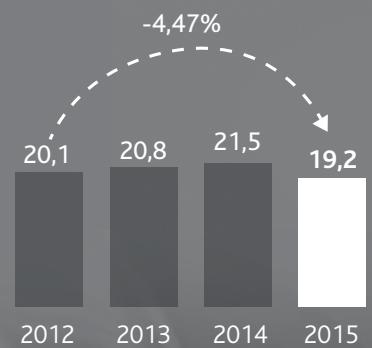
Patrimônio líquido do setor bancário (R\$ bilhões)



Consumidores com relacionamentos ativos no sistema financeiro (milhões)



Investimento em tecnologia (R\$ bilhões)



1.186,5

1.447,6

2014

2015

01

| **Ponte Estaiada** – São Paulo (SP)

A FEBRABAN

Intelectual



Humano



Social e de
Relacionamento



Projetos inovadores, diálogo aberto com os vários agentes do mercado e empenho para dotar de transparência as operações bancárias caracterizam a contribuição da Federação para o desenvolvimento sustentável do País

Fundada em 1967, na cidade de São Paulo (SP), onde está sediada, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) é uma organização sem fins lucrativos, posicionada como a principal representante do setor bancário nacional: agrupa 119 instituições financeiras associadas, que respondem por 97% do patrimônio líquido e 98% dos ativos totais de todo o segmento no Brasil. [GRI G4-3 | G4-5 | G4-6 | G4-7 | G4-8 | G4-9](#)

A organização direciona esforços para dotar o sistema bancário de condições e ferramentas necessárias à prestação dos serviços que a sociedade espera dele, com

qualidade. Busca manter diálogo aberto com seus *stakeholders* e se desafia a contribuir para conferir mais transparência aos desempenhos econômico, social e ambiental das instituições bancárias.

Com o suporte de tecnologia de ponta, a FEBRABAN inova em seus projetos e está permanentemente alinhada às melhores práticas para oferecer à sociedade serviços e produtos que incrementem a economia, melhorem a produtividade do setor bancário e a redução dos seus níveis de risco, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País. [GRI G4-8](#)

MISSÃO, VISÃO E VALORES GRI G4-56

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País, representando os seus associados e buscando a melhoria contínua do sistema financeiro e de suas relações com a sociedade.

VISÃO

Um sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.

VALORES

- Promover valores éticos, morais e legais
- Valorizar as pessoas, o trabalho e o empreendedorismo
- Incentivar práticas de cidadania e responsabilidade socioambiental
- Defender a iniciativa privada, o livre mercado e a livre concorrência
- Defender o diálogo, o respeito e a transparência nas relações com clientes e com a sociedade
- Atuar com profissionalismo e transparência
- Valorizar a diversidade e a inclusão social

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS GRI G4-56

- Representar seus associados perante os poderes constituídos e entidades representativas da sociedade
- Interagir com autoridades e instituições na elaboração e no aperfeiçoamento do sistema normativo
- Desenvolver iniciativas para a contínua melhoria da produtividade do sistema e a redução dos níveis de risco
- Zelar pela eficiência da intermediação financeira e aumentar a sua contribuição para a sociedade, inclusive desenvolvendo esforços que viabilizem o crescente acesso da população a produtos e serviços financeiros
- Transmitir à sociedade o papel e a contribuição do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

GRI G4-4

- Elaboração de estudos e notas técnicas relativas aos projetos de lei no Congresso Nacional
- Coordenação de iniciativas judiciais para a defesa do setor
- Posicionamento nas mídias sobre temas de interesse dos associados e da sociedade
- Representação dos bancos entre autoridades, entidades nacionais e internacionais

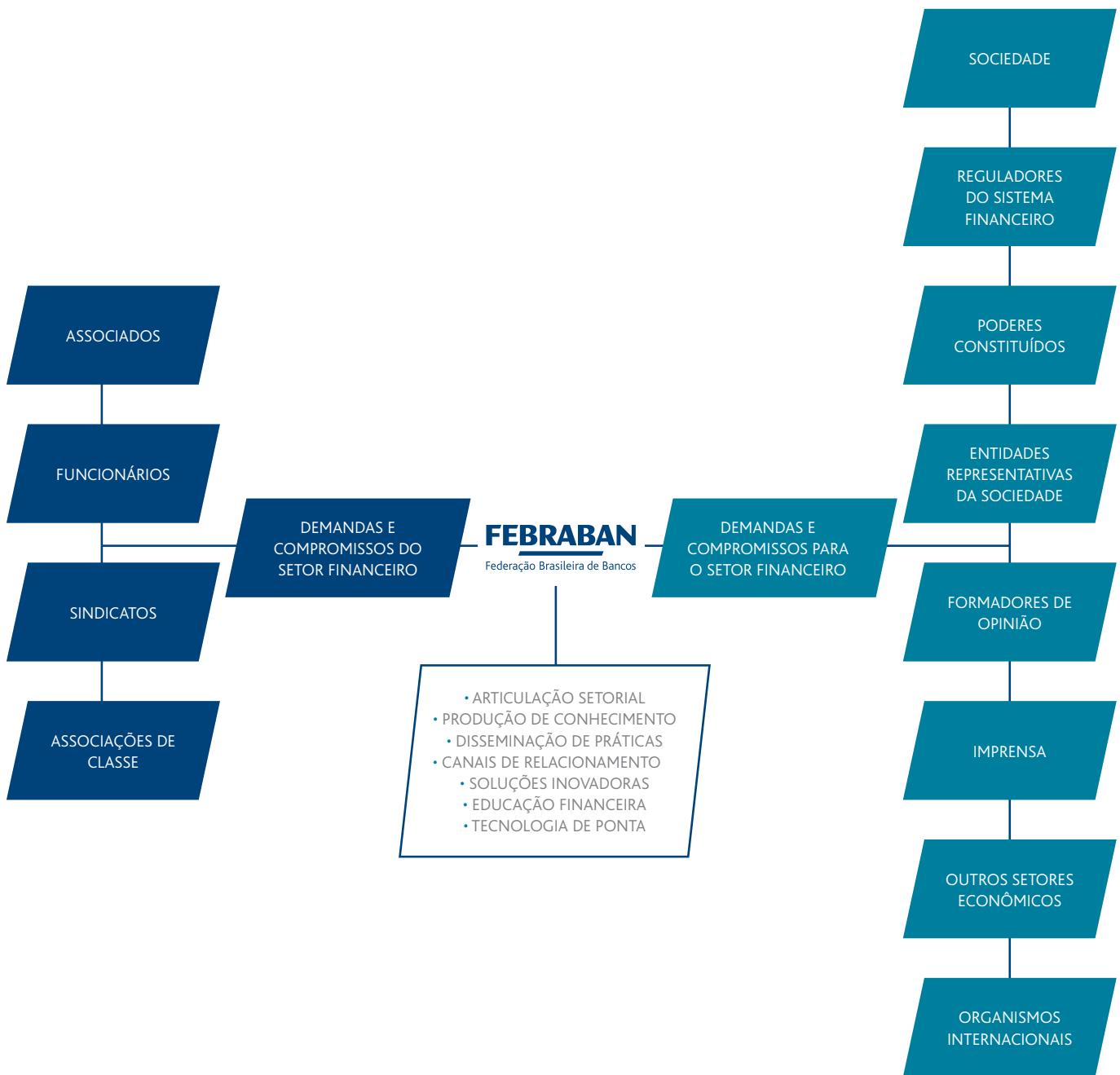
- Elaboração, divulgação e discussão, com órgãos reguladores, de propostas com vistas à eficiência do sistema e à minimização de seus riscos
- Divulgação de informações sobre produtos e serviços bancários
- Coordenação de estudos, pesquisas e iniciativas que visem à melhoria da imagem do setor, do atendimento e das relações com os consumidores
- Implantação e gestão da autorregulação dos bancos
- Adoção de ações de responsabilidade social, sustentabilidade e inclusão
- Capacitação dos associados
- Realização de eventos de interesse dos associados e da sociedade
- Negociação do contrato coletivo de trabalho do setor

MODELO DE ATUAÇÃO

Demonstrado a seguir, o modelo de atuação da FEBRABAN está orientado pelos princípios que reforçam seu compromisso de prover o sistema bancário de condições e ferramentas necessárias para atender à sociedade com serviços e produtos que incrementem a economia, o ambiente de negócios e o desenvolvimento sustentável.

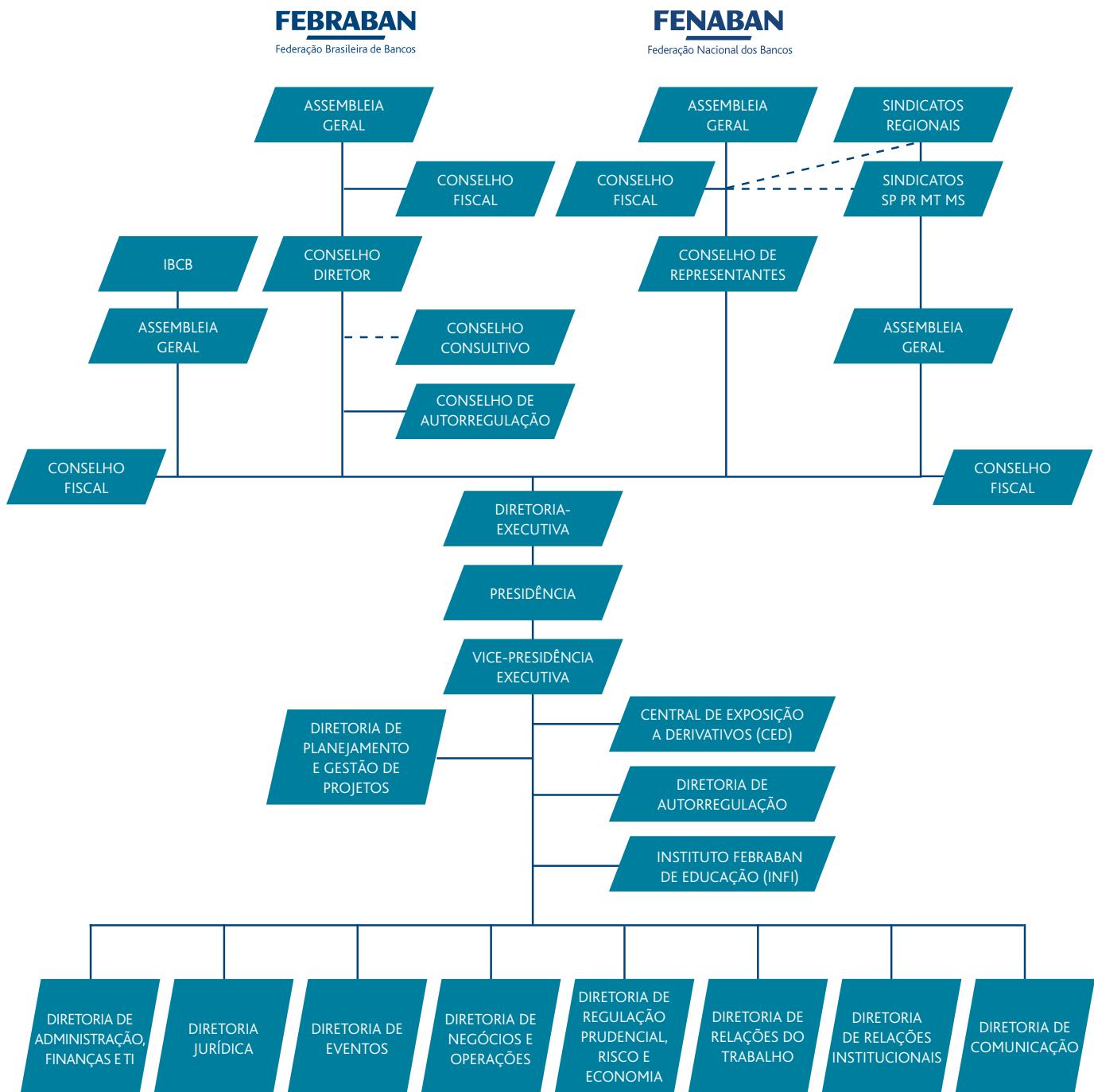
Modelo de atuação

GRI G4-24 | G4-25



ESTRUTURA GRI G4-9

A FEBRABAN encerrou 2015 com 111 funcionários CLT, 4 estagiários, 2 aprendizes e 14 profissionais terceirizados, totalizando 131 colaboradores. Sua estrutura contempla dez diretorias, formadas por profissionais que atuam em contato direto com os representantes de bancos e instituições financeiras.



LINHAS DE ATUAÇÃO

- Propor e defender mudanças ou edição de normas que aumentem a eficiência do sistema financeiro e o aprimoramento dos seus instrumentos
- Desenvolver e manter canais de comunicação com o Executivo, Legislativo, Judiciário, associações de classe, órgãos de defesa dos consumidores, sindicatos e demais entidades e organismos nacionais e internacionais
- Coordenar, quando necessária, a contratação de profissionais para a defesa de legítimos interesses dos associados
- Realizar e divulgar estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do sistema financeiro
- Comunicar o papel e a atuação do sistema financeiro, de forma proativa;
- Manifestar-se, quando for o caso, sobre temas de interesse da opinião pública;
- Desenvolver programas de formação e qualificação para os funcionários de autorregulação

PÚBLICO INTERNO

Em 2015 a FEBRABAN reforçou a comunicação com seus funcionários graças à criação do Portal RH, que permite acessar dados cadastrais e consultar documentos, demonstrativos de pagamentos, calendário de férias, informe de rendimentos e histórico salarial, entre outros. Também foram aprimorados os processos seletivos, com o objetivo de atrair profissionais tecnicamente capacitados, e avaliadas formas de desenvolvimento profissional mais focadas nas necessidades da entidade, que serão adotadas em 2016.

Todos os funcionários da organização estão cobertos por convenção coletiva de trabalho das categorias correspondentes. Eles têm à disposição um leque de benefícios composto de assistência médica, vale-refeição, previdência privada complementar, seguro de vida, assistência funeral, vale-alimentação e vale-transporte. Confira o perfil do quadro funcional nas tabelas a seguir. [GRI G4-11 | G4-LA2](#)

PERFIL DOS EMPREGADOS [GRI G4-10](#)

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Funcionário	61	50	7	5	1	2
Estagiário	3	1	0	0	0	0
Aprendizes	0	2	0	0	0	0
Terceiros	8	6	3	1	0	0
Subtotal	72	59	10	6	1	2
Total		131		16		3

COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA*	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
18 a 29 anos	23	9	3	1	0	1
30 a 39 anos	20	11	4	1	0	0
40 a 49 anos	16	14	0	1	1	0
50 a 59 anos	3	14	0	2	0	0
Acima de 60 anos	2	5	0	0	0	1
Subtotal	64	53	7	5	1	2
Total		117		12		3

*Funcionários + estagiários + aprendizes.

COLABORADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE*	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Mestrado/Doutorado	2	2	0	1	0	0
Pós-Graduação	18	23	2	1	0	0
Pós-Graduação Incompleto	0	0	0	0	0	0
Superior Completo	27	19	3	2	1	1
Superior Incompleto	9	3	1	0	0	1
Ensino Médio	8	5	1	1	0	0
Ensino Médio Incompleto	0	1	0	0	0	0
Subtotal	64	53	7	5	1	2
Total		117		12		3

*Funcionários + estagiários + aprendizes.

PORTAL RH

A novidade, lançada em 2015 com o propósito de estreitar a comunicação com os colaboradores, está dotada de uma série de recursos para facilitar o dia a dia profissional, o que também contribui para a retenção de talentos

COLABORADORES POR CARGO*	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Diretoria	1	12	0	1	0	1
Gerência	3	10	0	1	0	0
Coordenação	1	0	0	0	0	0
Técnico	17	16	0	0	1	1
Administrativo	39	12	7	3	0	0
Operacional	0	0	0	0	0	0
Estagiários	3	1	0	0	0	0
Aprendizes	0	2	0	0	0	0
Subtotal	64	53	7	5	1	2
Total	117		12		3	

*Funcionários + estagiários + aprendizes.

TEMPO DE CASA*	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Menos de 1 ano	12	7	1	1	0	1
De 1 a 5 anos	26	21	6	3	1	1
De 6 a 10 anos	15	13	0	1	0	0
De 11 a 15 anos	2	1	0	0	0	0
De 16 a 20 anos	4	4	0	0	0	0
Acima de 20 anos	9	7	0	0	0	0
Subtotal	64	53	7	5	1	2
Total	117		12		3	

*Funcionários + estagiários + aprendizes.

Em 2015 foram contratados 16 funcionários (11 mulheres e 5 homens). O turnover foi de 14,4%, considerando apenas funcionários CLT. Apenas um profissional

usufruiu licença-maternidade/paternidade no ano, tendo permanecido no quadro funcional após o término do direito. [GRI G4-LA1 | G4-LA3](#)

NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES ADMITIDOS [GRI G4-LA1](#)

COLABORADORES ADMITIDOS FAIXA ETÁRIA	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
18 a 29 anos	8	1	0	0	0	1
30 a 39 anos	2	2	1	1	0	0
40 a 49 anos	1	0	0	1	0	0
50 a 59 anos	0	1	0	0	0	0
Acima de 60 anos	0	1	0	0	0	0
Subtotal	11	5	1	2	0	1
Total		16		3		1

NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES DESLIGADOS [GRI G4-LA1](#)

COLABORADORES DESLIGADOS FAIXA ETÁRIA	FEBRABAN		INFI		CED	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
18 a 29 anos	4	2	1	3	0	1
30 a 39 anos	2	1	2	2	0	0
40 a 49 anos	1	0	0	0	0	0
50 a 59 anos	1	1	0	0	0	0
Acima de 60 anos	1	3	0	0	0	0
Subtotal	9	7	3	5	0	1
Total		16		8		1

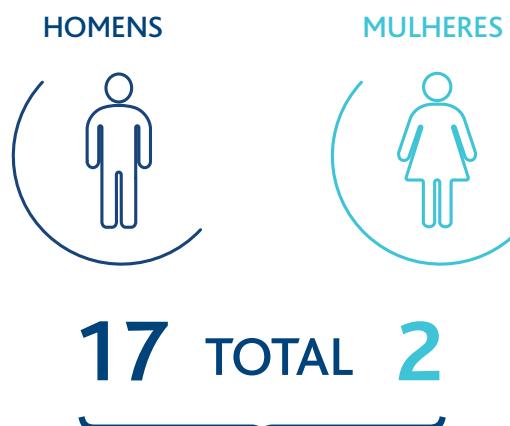
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA CORPORATIVA POR GÊNERO GRI G4-LA12

A Federação manteve os mecanismos de análise de desempenho e meritocracia, com base nas metas estabelecidas em seu planejamento estratégico. A avaliação de desempenho é anual e abrange todos os funcionários, sendo que o *feedback* é informal, quando necessário, e formal no momento da avaliação. O sistema de avaliação de *performance* foi aperfeiçoado, ampliado e concebido com base no cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico da entidade. GRI G4-LA11

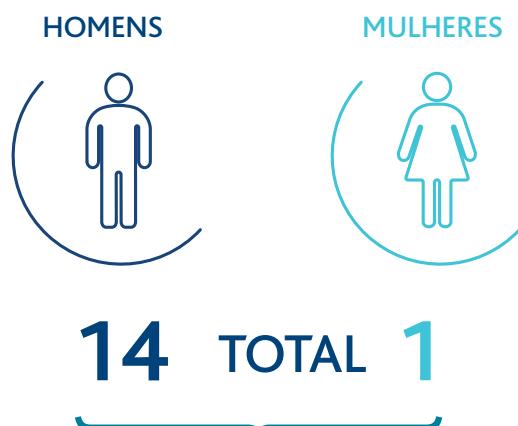
CONSELHO CONSULTIVO



CONSELHO DIRETOR



DIRETORIA-EXECUTIVA



19

15

GOVERNANÇA

A governança da FEBRABAN agrega Diretorias e Conselhos compostos por representantes dos bancos e de outros setores econômicos que, a partir da liderança do Conselho Diretor, do planejamento integrado e do apoio das diretorias internas e das comissões, orientam as atividades. Veja a seguir a composição desse quadro, de acordo com o perfil de cada grupo de *stakeholder* e sua atuação correspondente.

Os bancos associados são os principais integrantes do modelo de governança da FEBRABAN. São os representantes desses bancos que compõem o Conselho Diretor e definem a gestão estratégica da entidade. O presidente do Conselho não é diretor-executivo da instituição, mas sim um dos presidentes executivos dos bancos associados. Também eles, em conjunto com outros representantes de segmentos da sociedade, formam o Conselho Consultivo e o Conselho de Autorregulação, responsáveis pela aproximação com setores econômicos e pelo aperfeiçoamento dos processos da Federação. A composição completa dos Conselhos da FEBRABAN está disponível na internet, em www.febraban.org.br, no link Estrutura Geral.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA GRI G4-34

ASSEMBLEIA GERAL

- Representantes das instituições associadas à FEBRABAN.
- Máxima instância decisória.
- Delibera sobre propostas dos órgãos de administração.

CONSELHO DIRETOR

- Estabelece a orientação geral das atividades da FEBRABAN e sua correta execução.
- A composição varia entre um número mínimo de 18 e um máximo de 30 integrantes.
- Todos os integrantes são representantes de instituições associadas.
- Mandato de três anos.

CONSELHO CONSULTIVO

- Manifesta sobre temas por convocação do seu presidente.
- Formado por 16 conselheiros.
- Sete conselheiros do sistema bancário público e privado.
- Nove conselheiros de outros setores produtivos, da sociedade civil e com reconhecido saber em áreas de interesse da entidade.
- Mandato de 18 meses.

CONSELHO FISCAL

- Fiscaliza a gestão administrativa.
- Acompanha a auditoria interna contratada.
- Examina as demonstrações financeiras, as cartas e relatório anual de gestão.
- Formado por três membros efetivos e três suplentes, com mandatos de três anos.

CONSELHO DE AUTORREGULAÇÃO

- De caráter normativo e de administração do Sistema de Autorregulação Bancária.
- Formado por representantes dos bancos associados e da sociedade civil.
- Edita normativos e estabelece diretrizes, políticas, regras e procedimentos de autorregulação.
- Mandato de três anos.

DIRETORIA-EXECUTIVA

- Cumpre as deliberações do Conselho Diretor e da Assembleia Geral.
- É responsável pela administração e gestão das atividades da FEBRABAN.
- Formada por um presidente e um vice-presidente executivo, indicados pelo Conselho Diretor, até dois vice-presidentes e até 15 diretores eleitos entre administradores estatutários das Associadas Nível I (consideradas as instituições financeiras bancárias, com atuação no território nacional) e até cinco diretores como representantes das Associadas Nível II (associações representativas, em âmbitos nacional ou regional, de instituições financeiras ou de empresas com atividades congêneres ou complementares à atividade bancária).
- Mandato de três anos.

A definição
da gestão
estratégica da
FEBRABAN cabe
ao Conselho
Diretor,
composto por
representantes
dos Bancos

COMISSÕES

As Comissões são parte fundamental da estrutura de funcionamento da FEBRABAN. Divididos em Comissões Executivas e Comissões Setoriais, os órgãos ficam a cargo de um diretor setorial (com adjunto) e de um diretor da Federação. É por meio delas que a instituição recebe e encaminha os temas e as soluções que envolvem demandas do setor financeiro nacional. Confira as principais características dessas instâncias:

- Participação de representantes dos bancos associados com conhecimento abrangente de negócios e operações bancárias.
- Temas tratados em cada comissão determinam o grau de senioridade dos participantes.
- Suporte à implementação dos projetos oriundos dos temas estratégicos.
- Promoção de discussões, elaboração de pesquisas, realização de estudos, análise de alternativas e formulação de propostas de encaminhamentos à Diretoria-Executiva.
- Participação em discussões com *stakeholders*, como Banco Central, ministérios, entidades representativas, formadores de opinião, setores econômicos e sindicatos.
- Definição da formação de subcomissões e/ou grupos de trabalho.

COMISSÕES EXECUTIVAS E SETORIAIS

EXECUTIVAS

- Ambiente de crédito
- Assuntos jurídicos
- Crédito consignado
- Eficiência e compartilhamento
- Financiamento de veículos
- Gestão de riscos
- Operações de tesouraria
- Prevenção à fraude
- Produtos bancários PF
- Produtos bancários PJ
- Recursos humanos
- Segurança bancária
- Tecnologia e automação bancária
- Tributária

SETORIAIS

- Assuntos contábeis
- Assuntos do BNDES
- Auditoria interna
- Compliance
- Correspondentes
- Crédito rural
- Comunicação
- Negócios internacionais
- Ovidorias e relações com clientes
- Responsabilidade social e sustentabilidade
- SACs

DIRETORIA DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL, RISCOS E ECONOMIA

- COMISSÕES
- AMBIENTE DE CRÉDITO
 - ASSUNTOS CONTÁBEIS
 - AUDITORIA INTERNA
 - COMPLIANCE
 - GESTÃO DE RISCOS
 - NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

DIRETORIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

- COMISSÕES
- RECURSOS HUMANOS

DIRETORIA DE AUTORREGULAÇÃO

- COMISSÕES
- OVIDORIA E RELAÇÕES COM CLIENTES
 - SACs

DIRETORIA DE IMAGEM E COMUNICAÇÃO

- COMISSÕES
- COMUNICAÇÃO

DIRETORIA DE NEGÓCIOS E OPERAÇÕES

- COMISSÕES
- ASSUNTOS BNDES
 - CORRESPONDENTES
 - CRÉDITO CONSIGNADO
 - CRÉDITO RURAL
 - EFICIÊNCIA E COMPARTILHAMENTO
 - FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

- OPERAÇÕES DE TESOURARIA
- PREVENÇÃO À FRAUDE
- PRODUTOS BANCÁRIOS PF
- PRODUTOS BANCÁRIOS PJ
- SEGURANÇA BANCÁRIA
- TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO BANCÁRIA

DIRETORIA JURÍDICA

- COMISSÕES
- ASSUNTOS JURÍDICOS
 - TRIBUTÁRIA

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- COMISSÕES
- RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Museu do Ipiranga – São Paulo (SP)



Educação financeira, combate à lavagem de dinheiro e outros temas pertinentes ao setor bancário são tratados pela FEBRABAN também por meio da participação em entidades e organizações

COMPROMISSOS GRI G4-16

A FEBRABAN mantém parcerias e compromissos com entidades de seu setor de atuação ou relacionadas que defendam principalmente pautas comuns, como a educação financeira e o combate e prevenção à lavagem de dinheiro. Dentre elas, destacam-se:

- Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN): reúne 19 países do continente e mais de 500 bancos e instituições financeiras. A FEBRABAN representa o setor do Brasil, o maior da região.
- Cadastro Empresa Pró-Ética: iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A FEBRABAN integra o Comitê Gestor do Cadastro Empresa Pró-Ética, responsável por analisar pedidos de inclusão de empresas no cadastro e deliberar sobre a admissão e discutir e definir atualizações dos requisitos para integrá-lo.
- Brasil Investimentos e Negócios (BRAiN): trabalha as condições de crescimento baseadas em um mercado de capitais forte, estimulando o financiamento por poupadore e investidores. A Federação soma esforços para tornar o Brasil um polo de investimentos e negócios na América Latina.
- Conselho Consultivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente: compromisso de aumentar capitais intermediados pelo setor financeiro global para uma economia de baixo carbono.

- Institute of International Finance (IIF): reúne representantes da indústria financeira, de seguradoras, escritórios de advocacia, consultorias e reguladores, entre outros, de todos os países do mundo.
- International Banking Federation (IB-Fed): o Brasil é o único país convidado a participar dessa federação de bancos da Europa, Ásia, África, Oceania, América do Norte e América do Sul.
- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).
- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
- Ciência sem Fronteiras (*veja mais no capítulo Responsabilidade socioambiental*).
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Secretaria do Trabalho e Emprego do Governo do Estado de São Paulo.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Controladoria-Geral da União (CGU).
- Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GRI G4-14

O planejamento estratégico envolve a definição de temas, projetos, orçamento e metas. Uma vez concluído o planejamento, projetos e metas são continuamente monitorados e reportados em reuniões das Comissões e da Diretoria-Executiva, buscando benefícios para o setor bancário. Confira o fluxo do planejamento estratégico:

1. Diretoria-Executiva e Conselho Diretor definem temas estratégicos para atuação da FEBRABAN.
2. Diretores internos e Comissões propõem projetos, orçamento e metas.
3. Diretoria-Executiva e Conselho Diretor priorizam projetos e aprovam orçamento e metas.
4. Diretores internos planejam e gerenciam projetos.
5. Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos monitora a evolução do portfólio de projetos e o cumprimento de metas.

PROJETOS E METAS

São monitorados no âmbito do planejamento estratégico, que contempla os temas a serem abordados de acordo com um fluxo contínuo de trabalho. Participam do processo a Diretoria, o Conselho e Comissões

Para 2016, o processo de priorização resultou em seis temas estratégicos para a atuação da FEBRABAN:

- Agenda institucional e imagem pública
- Relações trabalhistas
- Tributação do sistema bancário
- Melhoria do ambiente de crédito
- Regulação prudencial
- Planos econômicos

Outros temas relevantes:

- Aumento da eficiência e compartilhamento
- Impacto da revolução digital no negócio bancário
- Autorregulação
- Qualidade dos serviços bancários/relacionamento com clientes

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE GRI G4-25

| G4-26 | G4-27

A FEBRABAN busca estar próxima de seus públicos de relacionamento por meio de canais de informação e interação, participação e realização de eventos e condução e divulgação de estudos e estatísticas do setor bancário, entre outros.

Em 2015, a entidade desenvolveu um modelo de software para seu novo portal, que ganhou conteúdo mais organizado, navegação mais fluida e intuitiva, além de atualização do design. O objetivo da modernização do portal é aperfeiçoar sua usabilidade e navegabilidade e facilitar o acesso às informações, torná-lo uma fonte de informações e consultas para associados e o mercado (inclusive internacional, já que há versão em inglês) e aproximar a Federação de seus públicos. (Acesse www.febraban.org.br.)

Além disso, promoveu no ano 35 eventos, entre congressos, seminários e palestras, que contribuíram para o fortalecimento de sua imagem e do setor que representa. Foram destaque o 25º Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (CIAB), o 5º Congresso Internacional de Gestão de Riscos, o 11º Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho, o 5º Congresso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD), e o Seminário Internacional – Sistema Financeiro Nacional, Economia Verde e Mudanças Climáticas. Nas pesquisas realizadas após os eventos, os participantes os avaliaram como “Ótimo” e “Bom”, tanto do ponto de vista de conteúdo técnico como de organização. Por meio do resultado apurado nas pesquisas, as equipes organizadoras da FEBRABAN estudam e planejam ações de melhoria para as novas edições.

O público dos congressos, seminários e palestras é composto principalmente por representantes das instituições financeiras, reguladores nacionais e internacionais, economistas, acadêmicos, advogados, administradores e profissionais de tecnologia da informação e especialistas em suas áreas de atividades.

O CIAB, o evento mais importante da FEBRABAN no ano, contou com 1,8 mil congressistas, mais de 20 mil visitantes e 250 palestrantes. A edição incluiu novas trilhas técnicas de tecnologia para os segmentos de Meios de Pagamento, Seguros, Bancos Internacionais, de Investimentos, Bancos Comerciais e Mercado de Capitais, além de Segurança da Informação e TI e Telecom. O novo formato do CIAB

rendeu mais de 500 inserções positivas da organização em mídias on-line, televisiva e impressa.

TECNOLOGIA

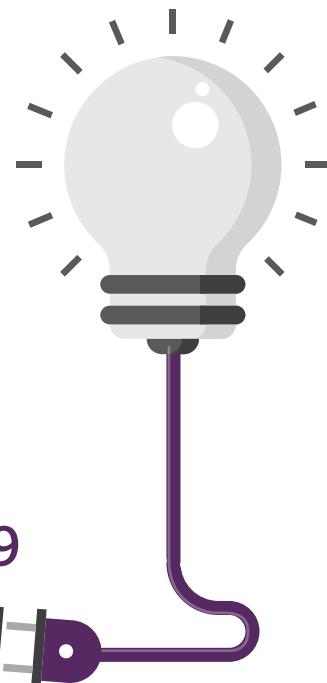
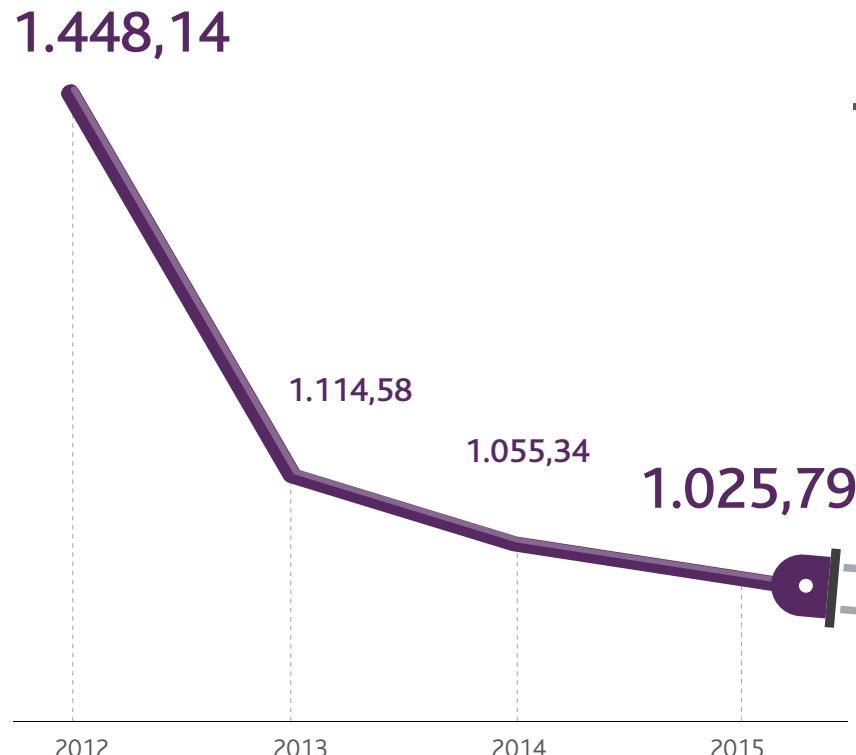
A área de Tecnologia da Informação (TI) da FEBRABAN venceu vários desafios no ano, participando da implementação de projetos como o novo portal de internet da organização, a plataforma de certificação de profissionais, os novos indicadores de economia na base de dados do Setor, a automatização da pesquisa macroeconômica, a reformulação do sistema de eventos, o site CIAB 2015, a central de balanços financeiros, a automatização dos Processos Eletrônicos de Supervisão (PES) da Autorregulação, o controle de presenças nas comissões FEBRABAN e a definição de nova assinatura de e-mail da entidade.

Nessas iniciativas, a área de TI atuou de forma multidisciplinar, apoiando as áreas na especificação de requisitos, definindo arquiteturas dos sistemas, gerenciando/controlando os serviços das fábricas de software e consultorias de contratadas, prestando suporte à homologação das entregas e implantando os sistemas nos ambientes (infraestrutura de servidores).

CONSUMO DE ENERGIA

Alinhada ao compromisso com o consumo consciente, a FEBRABAN busca continuamente soluções para redução de energia elétrica em suas próprias dependências. Em 2015, como efeito da melhor utilização dos equipamentos de ar-condicionado e manutenção preventiva do sistema, o consumo foi reduzido em relação ao período anterior, como mostra a imagem abaixo. [G4-EN3](#) | [G4-EN6](#)

Consumo de energia (GJ)
GRI G4-EN3



02

AMBIENTE MERCADOLÓGICO

Humano



Manufaturado



Financeiro



Intelectual



Em 2015, os Bancos atuaram em um cenário nacional de retração do PIB e da demanda por crédito. Assim, visaram ao alongamento de suas captações para fazer frente ao crescimento de financiamentos com prazos mais estendidos

| Ponte JK – Brasília (DF)



CENÁRIO ECONÔMICO

A atividade econômica global de 2015 manteve-se em evolução, porém, em ritmo menos acelerado e homogêneo. O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos permaneceu no mesmo patamar do ano anterior, 2,4%, e o da China caiu de 7,3% para 6,9% na mesma comparação. Um dos fatores que explicam essa desaceleração da economia mundial é a contribuição negativa dos setores externos norte-americano e chinês para a evolução do PIB mundial, impulsionada pela valorização da moeda dessas economias e a queda do preço do petróleo.

Para os países emergentes e em desenvolvimento, o ano foi marcado principalmente por dificuldades relacionadas à queda no preço das *commodities*, à elevação das taxas de juros dos EUA e à perda de confiança. Esses fatores contribuíram para a redução do ritmo de crescimento.

No caso da economia brasileira, o PIB caiu 4% em 2015, estimulado pela conjuntura internacional pouco favorável e, principalmente, por dificuldades internas, como inflação em alta e deterioração do mercado de trabalho, além de problemas nos quadros fiscais e instabilidade política.

- A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou os 12 meses de 2015 com alta acumulada de 10,67%, acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 6,5%. A taxa é a maior desde 2002, quando atingiu 12,53%. Em 2014, o IPCA fechou em 6,41%.
- Para controlar a inflação, o Banco Central elevou a taxa básica de juros, a Selic, em 2,5 pontos percentuais em relação a 2014, para 14,25% ao ano, chegando ao maior patamar em nove anos.
- O Brasil chegou ao fim de 2015 com 9,1 milhões de desempregados, o que elevou a

taxa de desemprego para 8,5%, na média. O indicador ficou 1,7 ponto percentual acima da média de 2014 (6,8%), configurando o pior resultado dos últimos quatro anos.

- A balança comercial fechou 2015 com US\$ 191,13 bilhões em exportações (queda de 15% sobre 2014) e as importações somaram US\$ 171,46 bilhões no ano (queda de 25% em relação ao ano anterior). Entre os fatores que influenciaram no desempenho da balança comercial está a queda dos preços das *commodities* (produtos básicos com cotação internacional, como minério de ferro, alimentos e petróleo).

Conforme a nova etapa do plano de concessões em infraestrutura, anunciada em 2015, o setor de transportes no Brasil vai receber entre 2015 e 2018 um investimento de R\$ 198,4 bilhões para modernizar aeroportos, rodovias, ferrovias e portos. Neste plano, as ferrovias receberão maior investimento, de R\$ 86,4 bilhões. Entre 2010 e 2014, a média da taxa de investimento em infraestrutura no Brasil foi de 20,3% do PIB.

CRÉDITO

Em 2015, as condições de crédito refletiram o ambiente econômico. O saldo das operações de crédito total cresceu 6,6%, fechando o ano em R\$ 3,216 trilhões, o que correspondeu a 54,2% do PIB. No fim de 2014, essa relação havia ficado em 53,1%.

Por segmento, o saldo do crédito livre atingiu R\$ 1,635 trilhão em 2015, com crescimento de 3,7% sobre 2014, ao passo que o crédito direcionado atingiu R\$ 1,582 trilhão, com crescimento de 9,8%, na mesma comparação.

Por modalidade e ainda em relação ao ano anterior, o saldo do crédito para pessoa física atingiu R\$ 1,510 trilhão (+6,9%) e o saldo para pessoa jurídica chegou a

R\$ 1,707 trilhão (+6,3%). Essa redução da demanda de crédito no Brasil em 2015 teve como principais fatores a alta da inflação, a escalada das taxas de juros e do custo do crédito e o grau reduzido dos índices de confiança.

JUROS E SPREADS

A taxa de juros das operações (recursos livres e direcionados) atingiu 29,8% ao ano em dezembro, elevação de 6,1 pontos percentuais na comparação com o fim de 2014. Entre as modalidades, o maior aumento ocorreu no crédito livre, cuja taxa de juros ficou em 47,3% ao ano (+10 p.p.), e nas contratações com pessoas físicas, que evoluíram para 37,9% ao ano (+7,2 p.p. em relação a 2014).

Tanto a taxa de captação de crédito quanto os spreads do sistema financeiro subiram nesse período: 2,3 e 3,8 pontos percentuais, alcançando 11,1% e 18,7% ao ano, respectivamente. Entre os fatores que explicam esse comportamento estão o maior custo de captação, o aumento do risco (relacionado, por sua vez, ao aumento da inadimplência e do comprometimento da renda do consumidor) e a elevada inflação. Se por um lado as condições de crédito menos favoráveis possam ter dificultado o crescimento econômico, por outro o crédito mais caro contribuiria para a redução do endividamento.

FINANCIAMENTOS DE AUTOMÓVEIS E IMOBILIÁRIOS

O saldo de crédito para pessoa física em recursos livres destinado à aquisição de veículos caiu 12,7% em 2015, fechando em R\$ 160,7 bilhões, menor valor registrado nos últimos dois anos, reflexo do cenário econômico.

Já o crédito para imóveis fechou com saldo de quase R\$ 500 bilhões, um crescimento de 15,7% sobre 2014 (essas operações referem-se aos recursos direcionados – pessoas físicas).

Em contrapartida, as concessões caíram em ambas as modalidades, na mesma comparação: em veículos, o resultado foi 16,6% menor que 2014, fechando o ano em R\$ 7,1 bilhões; no setor imobiliário, o resultado foi 19,4% menor que 2014, fechando o ano em R\$ 8,2 bilhões.

6,6%

Crescimento do saldo das operações de crédito total registrado no ano

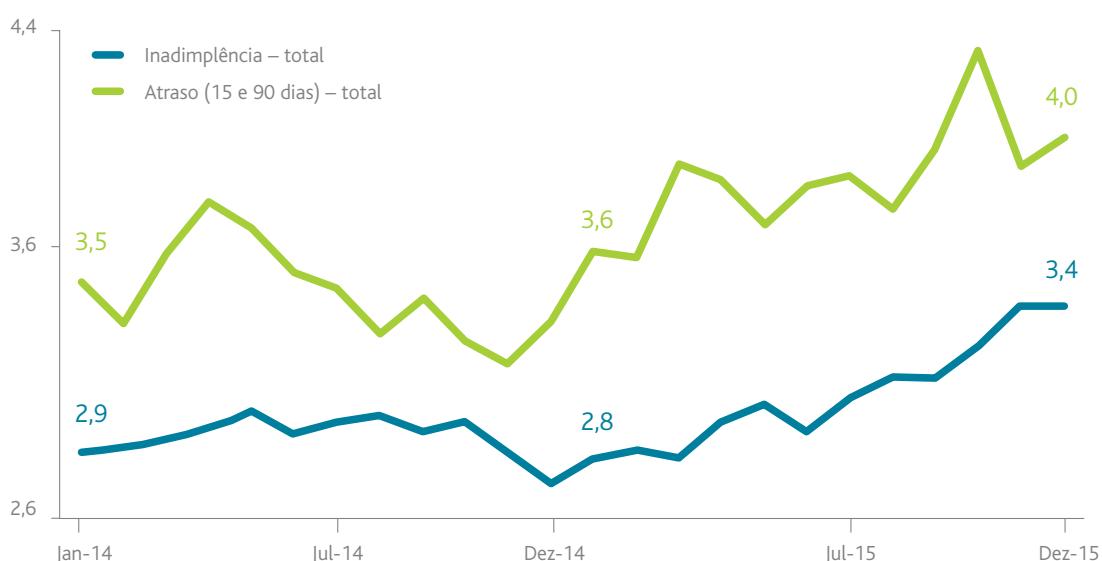
TAXA DE INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO

A inadimplência cresceu ao longo de 2015 em todas as modalidades e segmentos, em diferentes proporções. A taxa geral saiu de 2,7% em 2014 para 3,4%; a de pessoa física, de 3,7% para 4,2%; e a de pessoa jurídica, de 1,9% para 2,6%.

A inadimplência em operações com recursos livres subiu 1 ponto percentual,

fechando em 5,3% em dezembro. Já com recursos direcionados, o aumento foi de 0,4 ponto percentual, alcançando 1,4% também em relação ao ano anterior.

Os atrasos (entre 15 e 90 dias) aumentaram de 3,3% para 4,0%, sendo que os de pessoa física cresceram de 5,0% para 5,7% e os de pessoa jurídica, de 1,9% para 2,6%.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Os principais motivos para o aumento da inadimplência são a elevação da taxa de juros, que dificultou renegociações, e as pressões inflacionárias que reduziram o poder de compra. Para a inadimplência de pessoa física, o aumento do desemprego é o fator mais relevante. Contudo, mesmo com o crescimento da inadimplência, o endividamento das famílias apresentou certa melhora: o indicador, relativo à renda acumulada dos últimos 12 meses, caiu de 28,8% na média de 2015 para 27,1%

na média do ano anterior, considerando o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional. Se incluído o comprometimento com crédito habitacional, a relação passa para 45,9% em 2015, relativamente estável em relação a 2014 (45,7%).

TRANSAÇÕES COM CARTÕES

As transações com cartões (crédito e débito) somaram recursos de R\$ 1.065 bilhão em 2015, o que representa elevação

de 10,5% em relação ao valor de 2014, sendo cerca de 60% com cartão de crédito. O número de transações em 2015 chegou a 11,4 bilhões, crescimento de 11% em relação a 2014.

CAPTAÇÕES

Os bancos continuam perseguindo o alongamento de suas captações para fazer frente ao crescimento das operações de financiamento com prazos mais dilatados, como o crédito imobiliário e o financiamento de projetos e investimentos.

As captações priorizadas foram Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF), em detrimento de outras como depósitos a prazo e de poupança, que, além de prazos menores, possuem também recolhimento compulsório.

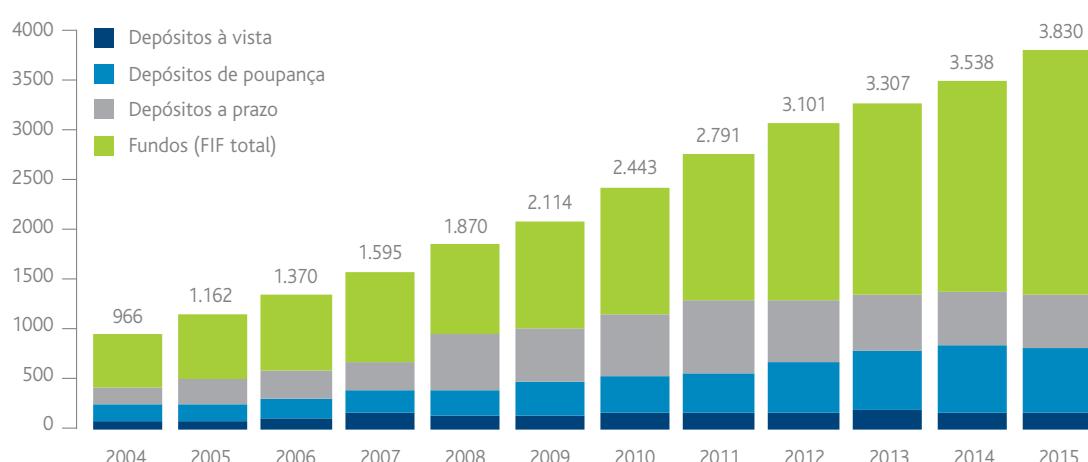
O total de recursos de aceites e emissão de títulos, que inclui LF, LCI e LCA, captados pelos bancos totalizou R\$ 901 bilhões em

2015, significando um crescimento anual de 24,0%. Por outro lado, as captações de depósitos dos bancos em 2015 totalizaram R\$ 2,091 trilhões em depósitos, representando elevação anual de apenas 5,8%. O aumento se deve principalmente ao crescimento de depósitos à vista (+29,0%).

Do total captado em depósitos, R\$ 934 bilhões foram resultado de depósitos a prazo, o que representou alta de 3,6% em relação ao R\$ 902 bilhões de 2014.

Destacou-se no ano o quadro conjuntural adverso para as captações de recursos de poupança, com o aumento da taxa básica de juros e da inflação. A poupança encerrou com saques líquidos de R\$ 53,6 bilhões, recorde para os últimos 20 anos e muito superior à captação líquida de R\$ 24 bilhões em 2014. Dessa forma, o patrimônio da poupança terminou o ano com R\$ 656,6 bilhões, sendo que no período anterior era de R\$ 662,7 bilhões.

VOLUME DE CAPTAÇÕES (R\$ BI)



Fonte: Banco Central do Brasil.

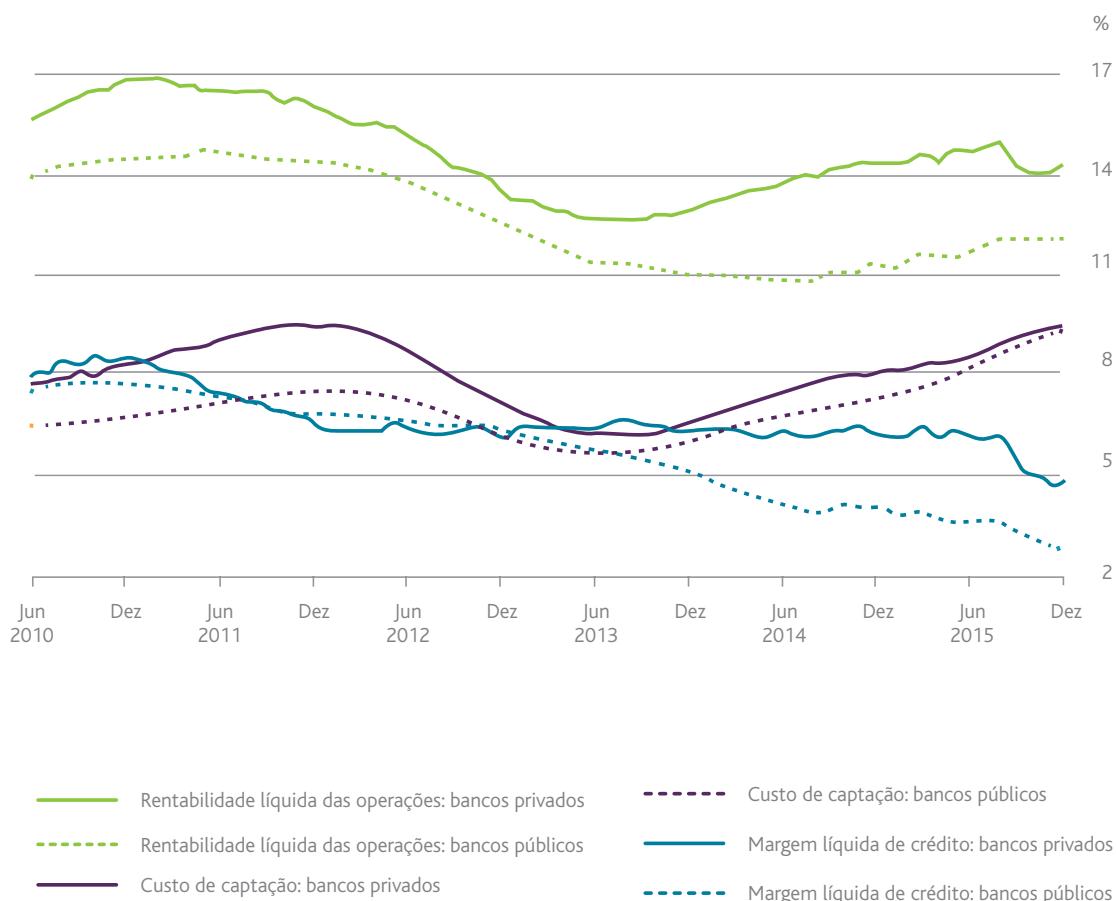
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central – abril de 2016, o aumento da inadimplência acarretou crescimento das despesas com provisões. Assim, o resultado líquido de

intermediação financeira atingiu R\$ 163,1 bilhões em dezembro, redução de 9,8% no semestre, apresentando queda tanto nos públicos como nos privados, com tendência de baixa para os próximos períodos.

MARGEM DE CRÉDITO, POR CONTROLE ACIONÁRIO

Acumulado nos últimos 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO GRI G4-EC1

1. APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	DEZ/12	PART. %	DEZ/13	PART. %	DEZ/14	PART. %	DEZ/15	PART. %
1.1.1. Resultado bruto da interm. financeira	165.315	93,2	157.997	79,2	177.295	81,2	137.121	69,8
1.1.2. Receitas de Prestação de Serviços	99.109	55,9	111.601	56,0	122.729	56,2	126.416	64,4
1.1.3. Outras Receitas e Despesas	-70.491	-39,8	-54.914	-27,5	-65.307	-29,9	-61.294	-31,2
1.2. Valor Adicionado Bruto	193.934	109,4	214.685	107,7	234.717	107,5	202.242	103,0
1.2.1 Depreciação e Amortização	-18.665	-10,5	-17.956	-9,0	-20.068	-9,2	-19.381	-9,9
1.2.1. Resultado da partic Contr/Coligadas	2.047	1,2	2.653	1,3	3.706	1,7	13.499	6,9
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR	177.315	100,0	199.382	100,0	218.355	100,0	196.360	100,0
2. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	DEZ/12	PART. %	DEZ/13	PART. %	DEZ/14	PART. %	DEZ/15	PART. %
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR	177.315	100,0	199.382	100,0	218.355	100,0	196.360	100,0
2.1. Pessoal	76.544	43,2	83.985	42,1	91.064	41,7	99.522	50,7
2.1.1. Proventos	53.733	30,3	58.957	29,6	63.926	29,3	70.941	36,1
2.1.2. Benefícios	13.520	7,6	14.834	7,4	16.085	7,4	17.429	8,9
2.1.3. FGTS	3.551	2,0	3.896	2,0	4.224	1,9	4.590	2,3
2.1.4. Outros	5.740	3,2	6.298	3,2	6.829	3,1	6.562	3,3
2.2. Impostos, Taxas e Contribuições	40.827	23,0	46.450	23,3	52.173	23,9	2.717	1,4
2.2.1. Federal	37.227	21,0	42.354	21,2	47.572	21,8	28.291	14,4
2.2.2. Estadual	89	0,1	102	0,1	114	0,1	-471	-0,2
2.2.3. Municipal	3.511	2,0	3.995	2,0	4.487	2,1	-25.103	-12,8
2.3. Remuneração de Capital de Terceiros	5.347	3,0	6.341	3,2	6.957	3,2	7.357	3,7
2.3.1. Aluguéis e Outros	5.347	3,0	6.341	3,2	6.957	3,2	7.357	3,7
2.4. Remuneração de Capital Próprio	54.597	30,8	62.605	31,4	68.161	31,2	86.764	44,2
2.4.1. Juros Sobre Capital e Dividendos	16.785	9,5	19.247	9,7	20.955	9,6	32.886	16,7
2.4.2. Participações dos Não Controladores nos Lucros Retidos	1.433	0,8	1.644	0,8	1.790	0,8	2.455	1,3
2.4.3. Lucros Retidos	35.746	20,2	40.988	20,6	44.626	20,4	51.142	26,0
2.4.4. Outros	633	0,4	726	0,4	791	0,4	281	0,1
AMOSTRAGEM	157 bancos		156 bancos		150 bancos		150 bancos	

Fonte: FEBRABAN.

RESILIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO

ÍNDICE DE BASILEIA GRI G4-2

Os Acordos de Basileia, ou Basileia III, são mecanismos internacionais de regulação e fortalecimento do sistema financeiro mundial. Criado pelo Fórum de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board, FSB) e o G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, funcionam como uma estrutura de controle e acompanhamento do sistema financeiro global após a crise financeira de 2008 e 2009.

O objetivo de Basileia III é garantir que os bancos e demais instituições do sistema financeiro avancem na consolidação de modelos capazes de absorver choques que coloquem as economias em risco. Entre os pontos acordados está a avaliação de riscos operacionais e de crédito e o fortalecimento das regulamentações mundiais sobre capital e liquidez, garantindo um setor bancário mais resiliente.

Cada país deve adotar suas medidas de aplicação. No Brasil, a regulação do Banco Central para Basileia III foi publicada em 1º de outubro de 2013 e acompanha o cronograma internacional de conclusão previsto para até 1º de janeiro de 2022.

O sistema financeiro brasileiro é considerado um dos mais sólidos e estáveis do mundo. Na aplicação das 11 exigências do acordo, o País já atende nove, e uma delas não se aplica à realidade nacional. Essa atuação garantiu ao Brasil a nota máxima do Banco de Compensações Internacionais (BIS).

A FEBRABAN acompanha o desempenho dos bancos associados na introdução das normas e atua no desenvolvimento de ferramentas e padrões que permitam otimizar recursos financeiros, operacionais e humanos do sistema bancário nacional.

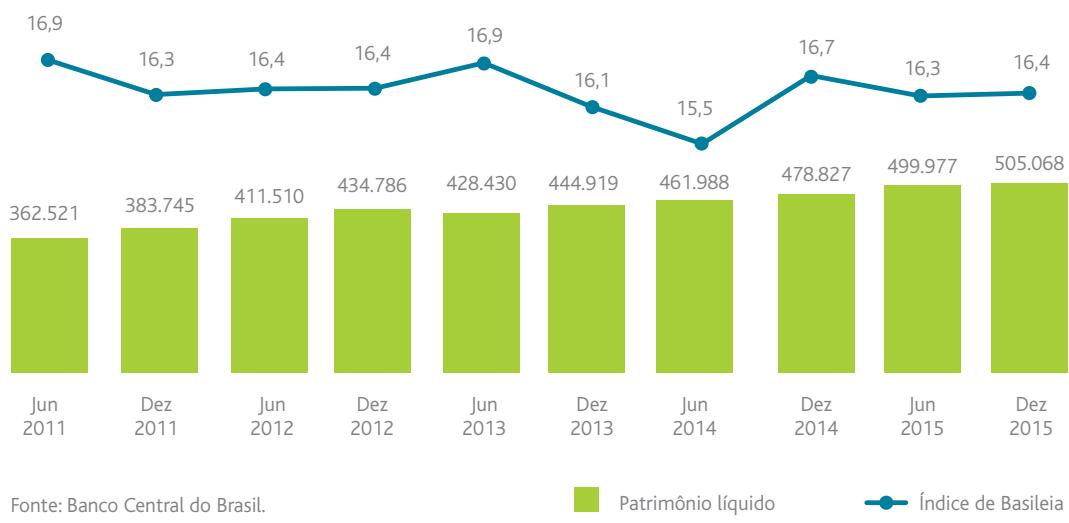
No Brasil, o processo de implementação dos normativos de Basileia III está na metade: foi iniciado em janeiro de 2013 e se estenderá até janeiro de 2019. As regras finais estão todas publicadas em nível internacional e todos os países signatários dos acordos de Basileia, incluindo o Brasil, estão em estágios avançados de implementação. No Brasil, já temos mais de um ano de vigência das regras de Capital e, em outubro de 2015, passaram a vigorar o indicador de Liquidez de Curto Prazo, o LCR, e o indicador de alavancagem. Ainda em 2015, o Banco Central do Brasil também publicou os normativos para o tratamento das instituições sistematicamente importantes em nível doméstico.

O resultado deste processo é bastante positivo e a adoção das novas regras está confirmado para o mundo a boa situação de capital, liquidez e alavancagem dos bancos brasileiros, em comparação aos internacionais. O Índice de Basileia (Capital Total) dos bancos brasileiros está em 16% dos ativos ponderados pelo risco e nosso indicador de Capital Principal, de maior qualidade, em 11,8%. Em termos de alavancagem, medida pelo nível de Capital de nível 1 sobre os Ativos, como base na metodologia do novo

indicador de Basileia III, o índice geral do sistema bancário brasileiro é de 7,1%, ante um mínimo de 3% requerido por Basileia. Os níveis de liquidez dos bancos brasileiros superam largamente suas obrigações de curto prazo, preservando o país contra cenários de estresse. O Índice de Liquidez de Curto Prazo do sistema bancário, baseado no LCR de Basileia III, é de 187%, bem acima de 100%, o nível mínimo a ser requerido em 2019.

O ano de 2015, assim como os anteriores, foi bem intenso no cenário internacional e o ano de 2016 também promete grandes discussões. Estamos vivendo atualmente uma nova onda regulatória, com normativos ainda em fase de audiência pública, envolvendo modificações nos padrões para mensuração dos riscos de crédito, operacional e de mercado, entre outros importantes pontos.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE BASILEIA



Fonte: Banco Central do Brasil.

■ Patrimônio líquido

● Índice de Basileia

REDUÇÃO DE RISCOS SISTÊMICOS GRI G4-2

Os bancos brasileiros mantêm estratégias conservadoras em termos de risco das carteiras de crédito e vêm aprimorando cada vez mais o processo de gestão. A solidez do sistema é notada pela estabilidade dos elevados níveis de capitalização e pelos resultados da simulação da plena implementação de Basileia III e dos testes de estresse.

O sistema bancário brasileiro apresentou adequada capacidade de suportar efeitos

de choques decorrentes de cenários adversos, bem como de mudanças abruptas nas taxas de juros e de câmbio, na inadimplência ou nos preços dos imóveis residenciais. Mesmo diante de um ambiente de desaquecimento econômico e elevação dos juros, a inadimplência não apresentou aumento significativo. As provisões seguem em nível significativamente superior à inadimplência, com índice de cobertura de 170%, o que mostra a resistência do sistema de crédito.

DESTAQUES INSTITUCIONAIS

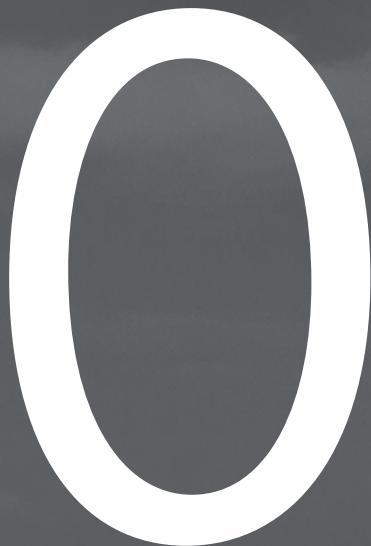
Humano



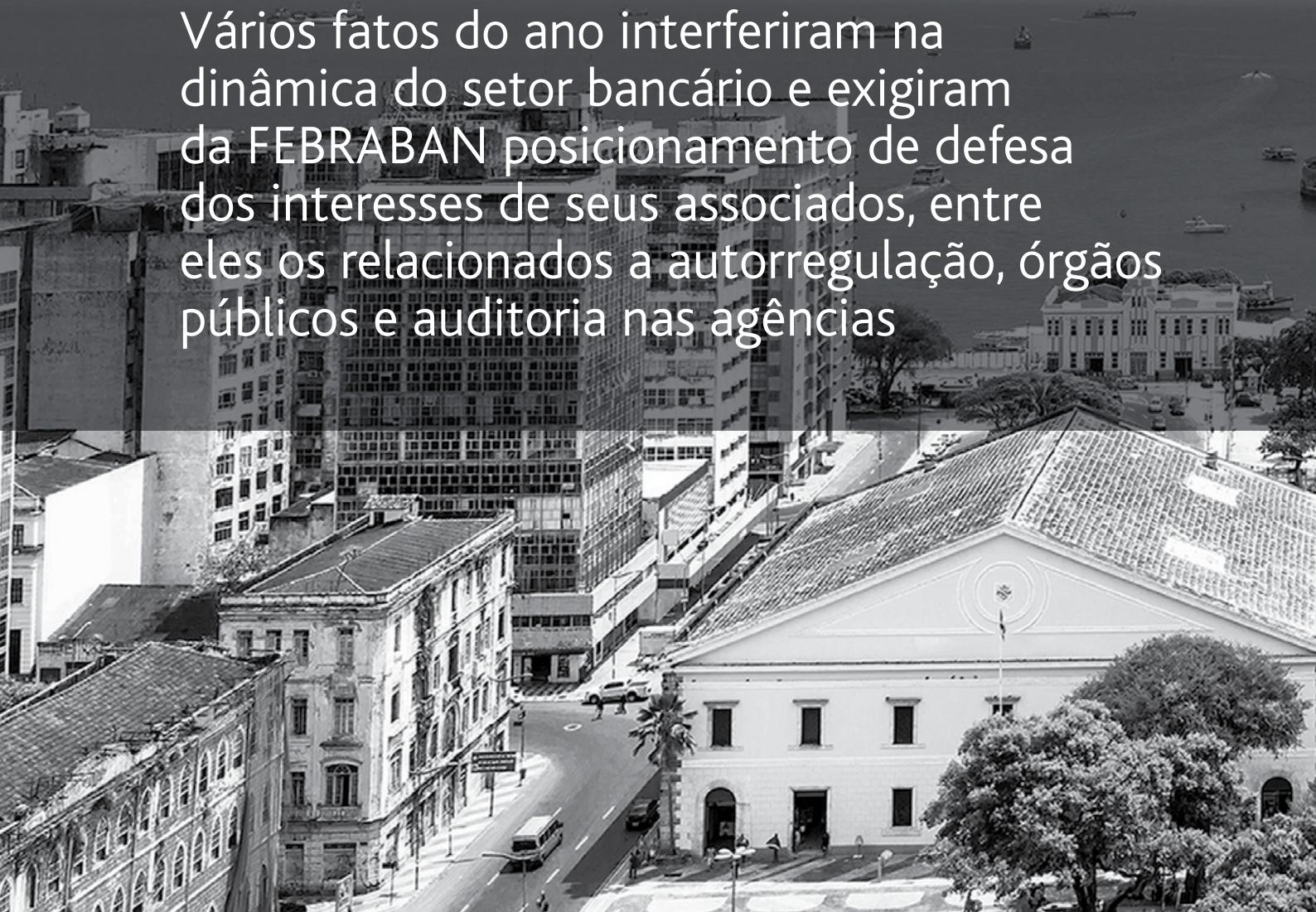
Financeiro



Social e de
Relacionamento



Vários fatos do ano interferiram na dinâmica do setor bancário e exigiram da FEBRABAN posicionamento de defesa dos interesses de seus associados, entre eles os relacionados a autorregulação, órgãos públicos e auditoria nas agências



3

Elevador Lacerda – Salvador (BA)



Julgamentos excluíram juros do cálculo das sentenças e estabeleceram prazo de prescrição para o ajuizamento de execuções

PLANOS ECONÔMICOS

O julgamento sobre a constitucionalidade das regras relativas aos cinco planos econômicos instituídos nas décadas de 1980 e 1990 (Cruzado/1986, Bresser/1987, Verão/1989, Collor 1/1990 e Collor 2/1991), que tratam da correção monetária aplicada nas cadernetas de poupança, não ocorreu em 2015. A razão foi a falta de quórum na composição do Supremo Tribunal Federal (STF), já que quatro dos 11 ministros se declararam impedidos de julgar o caso. São necessários pelo menos oito ministros para a retomada do julgamento. Existem cerca de um milhão de processos judiciais sobre o tema.

Em 2015 o STJ julgou duas teses importantes correlatas aos planos econômicos. Elas foram julgadas favoravelmente aos interesses da Federação. A primeira estabeleceu que não cabe a inclusão de juros remuneratórios no cálculo das sentenças desfavoráveis aos bancos se inexistir condenação expressa. A segunda fixou como termo inicial da prescrição para o ajuizamento de execuções individuais o trânsito em julgado da decisão proferida em ação coletiva.

REGULAÇÃO PRUDENCIAL

RESOLUÇÃO BANCÁRIA

Como resultado da crise financeira de 2008, o Financial Stability Board (FSB)

definiu que a reforma das legislações nacionais sobre Resolução Bancária seria um dos projetos prioritários na reformulação da arquitetura do sistema financeiro internacional. Sendo o Brasil signatário dos acordos regulatórios internacionais, o País precisa seguir as determinações e cumprir os cronogramas estipulados por estes entes reguladores.

O Banco Central vem endereçando o assunto e possui um anteprojeto, com destaque para três aspectos: (i) conferir segurança jurídica mais efetiva à atuação saneadora exercida pelos supervisores; (ii) assegurar a estabilidade financeira e mitigar os impactos negativos de uma resolução bancária para o funcionamento da economia, preservando ao máximo o valor dos ativos para minimizar eventuais prejuízos para depositantes, credores e funcionários; e (iii) alinhar incentivos e mitigar risco moral. O Banco Central deverá enviar esse projeto de lei ao Congresso Nacional em 2016.

AUTORREGULAÇÃO

O Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) orienta as principais diretrizes da FEBRABAN por meio de 16 normativos criados em comum acordo com os 18 bancos signatários. O objetivo do SARB é firmar um compromisso efetivo das organizações com seus consumidores, reconhecendo que é possível e oportuno ir além do estritamente legal.

Em 2015, a atuação do SARB se concentrou na revisão normativa, nos Processos Eletrônicos de Supervisão, e no lançamento do Selo de Autorregulação Bancária. Foram revisados os normativos nº 1 ao nº 5, focando evolução de conceitos e práticas. Uma das mudanças ocorreu no normativo nº 2 Conta-corrente, que, anteriormente, tratava somente de encerramento e, com a revisão, passou a englobar abertura, movimentação e encerramento. Foi ainda criado o normativo nº 16 Conta-salário, com regras para a operação

SARB

Parte do princípio de que é possível e oportuno às organizações ir além das determinações legais e firmar compromissos com os consumidores. Em 2015, entre outras conquistas, a atuação do sistema resultou no Selo de Autorregulação Bancária

27 milhões

Foi a quantidade de atendimentos feitos em 2015 pelos bancos, por intermédio de seus SACs

de abertura de conta para o consumidor. Tanto o normativo criado quanto o revisado entram em operação em 2016.

Para mais informações sobre Autorregulação acesse: www.autorregulacaobancaria.com.br.

DIÁLOGO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Com a participação dos bancos, da Secretaria Nacional do Consumidor – ligada ao Ministério da Justiça –, do Banco Central, do Ministério Público, das Defensorias Públicas e dos Procons, a FEBRABAN realizou em 2015 mais uma edição do Seminário de Relacionamento com os Clientes (Semarc), que debateu dois temas centrais: A tecnologia e o atendimento e Desjudicialização das questões de consumo. O evento, em Brasília (DF), foi marcado pelo lançamento do Selo de Autorregulação Bancária.

MONITORAMENTO E AUDITÓRIA DAS AGÊNCIAS GRI G4-PR5

Em 2015, o SARF adotou nova metodologia de auditorias dos SACs, em que o auditor verifica a adequação do MENU de atendimento dos SACs das instituições financeiras e o indicador mensal de tempo de espera de atendimento. Adicionalmente, o auditor verifica por meio de amostragem de ligações reais de clientes, se houve resolutividade do caso na primeira ligação. Em caso negativo, registra a informação de prazo e verifica se o mesmo foi cumprido no prazo.

Anteriormente, o monitoramento era feito por método de pesquisa *mystery shopper* (cliente misterioso) nos Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC) das instituições signatárias.

No ano, as auditorias em agências foram realizadas novamente em 2.100 locais, 21 capitais, nove regiões metropolitanas e 15 cidades com 400.000 habitantes ou mais.

PAINEL SETORIAL DE ATENDIMENTO GRI G4-PR5

O Painel Setorial de Atendimento, que apresenta dados sobre a qualidade do atendimento prestado por Centrais de Atendimento, SAC, Ouvidorias e indicadores de canais externos (Procons, Bacen e Ações Cíveis), evoluiu completando três anos de informações. Foram incluídas no Painel Setorial informações do portal www.consumidor.gov.br, da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

Os bancos realizaram, por meio de seus SACs, 27 milhões de atendimentos. O número de clientes que busca órgãos públicos, como o Procon, foi 7,4% menor em relação ao ano anterior. No Banco Central houve diminuição das reclamações em 3%, e nas ações judiciais ficou estável na mesma comparação.

CENTRAL CONTE AQUI GRI G4-PR5

A Autorregulação da FEBRABAN coloca à disposição a Central Conte Aqui, Central de Atendimento 0800 e plataforma digital para que o consumidor possa registrar situações de descumprimento de normas do SARB por parte das instituições financeiras participantes. As demandas são encaminhadas ao banco que as motivou para tratamento individualizado. O prazo de resposta previsto é de 15 dias. Em 2015 houve 2.072 registros, 14% menos do que a quantidade registrada em 2014.

SELO DE AUTORREGULAÇÃO

A FEBRABAN criou o Selo de Autorregulação Bancária para as instituições signatárias do SARB. Lançado na edição de 2015 do Seminário de Relacionamento com Clientes (Semarc), seu objetivo é reforçar o compromisso com a excelência na qualidade dos serviços prestados e fortalecer a imagem dos bancos que o detêm. O selo é mais um passo importante na busca da melhoria contínua do sistema financeiro e de suas relações com a sociedade e com os clientes, contribuindo para a eficiência, clareza e transparência do setor.

O uso do selo representa o compromisso público da instituição signatária ao SARB e o efetivo cumprimento dessas normas, fortalecendo o relacionamento e a responsabilidade da instituição financeira.

Uma campanha de sustentação ampara o uso do selo pelos bancos, que já receberam as primeiras peças para fazer o trabalho com seus públicos. O SARB pretende desenvolver em 2016 um painel de indicador dos bancos signatários.



MELHORIA DO AMBIENTE DE CRÉDITO

PORATIBILIDADE ELETRÔNICA DE CRÉDITO

Em 2015 avançaram as solicitações de transferência de operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e de arrendamento mercantil de uma instituição financeira para outra, por iniciativa do cliente. Foram solicitadas mais de 3 milhões de transferências, das quais 33% resultaram em efetiva portabilidade e 21% em melhores condições no processo para o cliente. Das solicitações registradas, 99% foram referentes ao produto crédito consignado. O aumento no número de pedidos de portabilidade ocorreu devido a um estímulo geral do mercado à procura de menores taxas de juros e melhores serviços.

Além disso, por meio de dois comitês internos (Comitê Gestor e Comitê de Governança), a FEBRABAN desenvolveu e aprimorou mecanismos para a autorregulação do sistema que resultou no Documento Correlato de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais. O material, que busca assegurar a qualidade e transparência do processo, contém as regras que devem ser adotadas por todas as instituições financeiras que aderiram ao sistema de portabilidade.

Os dois comitês atuam de forma conjunta no monitoramento do sistema e nas análises e deliberações sobre questões relevantes da portabilidade. O Comitê Gestor é composto por 13 membros integrantes das entidades que compõem a Convenção da Portabilidade (ABBC, ABBI, ACREFI, ANEF, ABEL, ABECIP, FEBRABAN e CIP). Já o Comitê de Governança é composto por seis membros executivos (Vice-Presidentes ou Presidentes das entidades ABECIP, ABBC, ANEF e FEBRABAN) e atua como

instância máxima a tomar decisões sobre questões estratégicas da portabilidade.

CADASTRO POSITIVO GRI G4-EC8

O Cadastro Positivo evoluiu em 2015. No âmbito institucional foi priorizado o aprimoramento legislativo da Lei nº 12.414/11, que o instituiu, com dois destaques. O primeiro trata da obrigatoriedade de fornecimento de informações por parte de prestadores de serviços continuados e empresas de comércio varejista que realizam vendas com pagamento a prazo. O segundo aponta a revogação da previsão de responsabilidade solidária do gestor de banco de dados, da fonte e do consultante, uma vez que não pode uma pessoa ser responsabilizada pelo uso indevido ou inadequado que outra fizer de informações de cadastro. O aperfeiçoamento foi objeto de minuta enviada à Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) para que seja definida a melhor estratégia para aprovação com o Poder Público.

Em 2015 foram realizadas 3,2 milhões de autorizações de clientes na base do Cadastro Positivo, o que representou 50% de crescimento em relação ao ano anterior.

Já no âmbito setorial, os cinco maiores bancos anunciaram, no início de 2016, um memorando de entendimentos para criar uma gestora de inteligência de crédito que permitirá ao setor bancário e às demais instituições de crédito aprimorar a capacidade de análise e gestão de suas carteiras. Novas ferramentas serão desenvolvidas para melhorar a eficácia das tomadas de decisões de crédito e precificação, reforçando as boas práticas no mercado e beneficiando toda a economia.

CÂMARA DE CESSÃO DE CRÉDITO (C3)

Em 2015 começou a ser remodelada a Câmara de Cessão de Crédito (C3), sistema operado pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e fiscalizado pelo Banco Central que registra parcelas de operações de crédito para efeito de realização de cessões interbancárias de carteiras. A C3 contará com sistema tecnológico sofisticado, contendo informações mais detalhadas e controle do negócio. Ela será uma câmara registradora de ativos, com 60% de aumento das informações que integram cada registro do ativo atualmente inserido na câmara.

Além dos quatro ativos que já integram a Câmara (crédito consignado, veículos, crédito pessoal e Crédito Direto ao Consumidor – CDC), haverá outras frentes, além de aumento de responsabilidades

para o sistema, como auditar as informações transmitidas pelos bancos, efetuar conciliações, avaliar riscos potenciais e informar ao Banco Central com apontamentos de eventuais operações fora de padrão, entre outras atribuições. As novas especificações serão implantadas no fim de 2016. Além disso, a C3 ganhará nova denominação: Câmara Registradora de Ativos Financeiros (CRAF).

Em 2015 o número de participantes da C3 se manteve estável, com 76 instituições financeiras e 33 Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs), além de cinco securitizadoras e também o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Em relação aos volumes de cessão e contratos, as variações em relação ao ano anterior podem ser conferidas na tabela abaixo.

2015				
MÊS/ANO	QTDE CESSÕES ¹	% EM RELAÇÃO A 2014	QTDE CONTRATOS ²	% EM RELAÇÃO A 2014
jan. 2015	36	120	719.189	348
fev. 2015	34	83	617.671	116
mar. 2015	47	107	821.246	61
abr. 2015	30	88	187.897	59
mai. 2015	29	78	235.280	72
jun. 2015	35	61	549.192	45
jul. 2015	34	50	354.245	45
ago. 2015	42	111	436.888	77
set. 2015	41	93	222.160	31
out. 2015	78	211	259.817	66
nov. 2015	60	194	212.353	29
dez. 2015	78	170	425.259	47

Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

1. Qtde. cessões: quantidade de operações de cessões de crédito efetuadas mensalmente na C3. Cessão: instrumento jurídico pelo qual um participante (cedente) transfere a outro participante (cessionário) créditos de que é titular. Uma operação de cessão pode conter diversas parcelas de diferentes contratos de crédito.

2. Qtde. contratos: quantidade de contratos de crédito que compõem as operações de cessões. Contrato: instrumento jurídico que formaliza a operação de crédito entre os participantes e seus clientes.

SISTEMA DE CONTROLE DE GARANTIAS (SCG)

O SCG, cujo objetivo é controlar a manutenção de domicílio bancário realizada pelos bancos para os respectivos clientes pessoas jurídicas (estabelecimentos comerciais), evoluiu em volumes transacionados no ano.

Em meados de 2015, em um ambiente de autorregulação, foram desenhados dois novos módulos de sistema para trafegar dados de agendas e efetuar a entrega de arquivos padronizados via SCG, das credenciadoras aos bancos, para que efetuem a liquidação financeira via dos créditos provenientes das transações de cartões nas respectivas contas dos estabelecimentos comerciais.

A Circular Bacen 3.765, que foi publicada no ano e entra em vigor em 2016, estabelece mudanças que visam aperfeiçoar a segurança e a eficiência desse processo, estabelecendo melhores regras para atuação dos instituidores de arranjos de pagamento e os respectivos participantes. Dentre as novidades destacam-se a racionalização do gerenciamento de risco, o estabelecimento de condições de isonomias para a entrada de participantes no arranjo de pagamentos e a liquidação das obrigações entre instituições participantes de um mesmo arranjo por meio de grade única, processada por câmara independente e autorizada pelo Banco Central.

Os novos requisitos darão mais segurança ao mercado, com regras claras e processos padronizados que permitirão estabelecer igualdade de condições para a livre concorrência de participantes autorizados e a interoperabilidade na infraestrutura para captura e tratamento da transação do cartão de crédito. Finalmente, além de racionalização de custos para toda a cadeia, favorece a liberdade, o estabelecimento comercial, na escolha do domicílio bancário, que poderá ser único, com o qual deseja manter seu relacionamento financeiro.

CENTRAL DE EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS (CED)

A CED completou cinco anos em 2015, quando registrou aumento de consultas e autorizações, embora em menor intensidade do que nos anos anteriores. Esse crescimento se deu no número de autorizações concedidas aos bancos participantes do sistema e pelo próprio uso da ferramenta, por meio do volume de relatórios de exposição a derivativos emitidos pelas instituições integrantes. No fim do período, o sistema da CED mantinha 4.280 autorizações cadastradas, o que representou expansão de 17% na comparação com 2014.

Durante o ano, foram realizadas 1.778 novas consultas singulares, atingindo 99% da meta estabelecida no início do exercício. As consultas em lote chegaram ao total de 870 mil (440 mil em 2014).

Igreja de São Francisco de Assis – Ouro Preto (MG)



DESEMPENHO

Durante o ano, a CED registrou 1.778 novas consultas singulares, o que representa o alcance de 99% da meta que havia sido projetada para o exercício. Já as consultas em lote totalizaram 870 mil, quase o dobro do volume do período anterior.

As demandas envolveram 14 bancos participantes do sistema, que respondiam por cerca de 90% da exposição total do mercado bancário brasileiro.

Os investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento de nova topologia de sistemas, em 2015, resultaram em maior produtividade ao usuário, reduzindo em 30% o tempo de resposta do sistema às solicitações de consultas. Em 2014, a média de resposta era de cerca de dez segundos. Em 2015, ficou perto de sete segundos.

Embora seja uma entidade sem fins lucrativos, a CED registrou resultados financeiros acima das expectativas, apresentando superávits seguidos, o que demonstra independência de seus associados e fundadores na condução das atividades.

Reducir riscos de operação e adequar o produto ao perfil do cliente são desafios contínuos da Central para a ampliação dos números de autorizações e consultas. Para isso, faz contrato de manutenção e expansão do uso da ferramenta e treina as pessoas por meio do Instituto FEBRABAN de Educação (INFI).

Para 2016, estão previstos estudos técnicos para o aprimoramento da ferramenta com a definição de um maior detalhamento dos relatórios de expo-

sição a derivativos emitidos. Desde que foi lançada ao mercado, em 2010, a CED concluiu três fases do projeto: relatório de exposição a derivativos de um único cliente e sigilo das informações; consulta em lote; e relatório de exposição a derivativos estendido a pessoas físicas.

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) – 4.227/DF e 4.333/DF – e fixou o entendimento de que os contratos de financiamento de veículos com alienação fiduciária não precisam ser registrados em cartórios de títulos e documentos. Com essa decisão do STF o consumidor não terá custos desnecessários, sendo suficiente a anotação do gravame perante o Departamento de Trânsito.

BUSCA E APREENSÃO DE BENS MÓVEIS ALIENADOS

A Lei Federal nº 13.043/2014, em vigor desde 13 de novembro de 2014, promoveu mudanças na alienação fiduciária de bens móveis. Os trâmites legais de retomada dos bens, nos casos de mora contratual, privilegiaram os interesses do credor fiduciário por conta da agilidade nos procedimentos, tanto judicial quanto extrajudicial.

Dentre as mudanças de maior impacto destacam-se: (i) comprovação da mora mediante envio de carta registrada com aviso de recebimento, sem exigência de que a

assinatura seja do próprio destinatário, dispensando-se a notificação do devedor por meio de Cartório de Títulos e Documentos e o protesto do título; (ii) a possibilidade de concessão da liminar de busca e apreensão em plantão judiciário; e (iii) a dispensa da carta precatória para o cumprimento dessa liminar em outras comarcas.

MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DO MERCADO CRÉDITO

Em 2015 várias iniciativas contribuíram para a melhoria do ambiente e das operações de crédito, o que inclui tanto pareceres judiciais como alterações no âmbito regulatório. Confira:

- Entendimento unificado para determinação do valor do incontroverso. Nas ações judiciais será apresentado o valor do incontroverso por meio de planilha em modelo padronizado, em caráter opcional, sempre que solicitado ou houver necessidade. A solução será compartilhada com entidades do Judiciário para que seja eficaz em futuras demandas.
- Melhoria no marco legal de recuperação judicial: a Comissão Executiva de Ambiente de Crédito, por meio do Grupo de Trabalho Recuperação Judicial, conduziu ao longo do ano extensa atividade de avaliação, diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento da legislação, que segue agora para aprovações das comissões competentes. Apesar de relativamente recente (promulgada em 2005), a lei falimentar tem demonstrado pouca

eficácia na recuperação de empresas, já que menos de 6% das que recorrem a ela de fato encerram o processo e menos ainda são as que se recuperam e se mantêm no longo prazo. O objetivo é corrigir distorções e viabilizar aperfeiçoamentos processuais que tornem o processo mais dinâmico e efetivo.

- Manutenção do score de crédito: o grupo de trabalho dedicou-se à elaboração de parecer jurídico e estudo de impacto para defesa do score de crédito em julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte proferiu decisão favorável à manutenção do score em 17 de novembro de 2014.
- Financiamento de longo prazo: o grupo de trabalho destinado a estudar e propor medidas para esse segmento do mercado de crédito tem atuado em conjunto com o BNDES e o Ministério da Fazenda para a criação de novos instrumentos, buscando assim ampliar o papel dos bancos na captação e no financiamento de projetos de infraestrutura.
- Registros e garantias em operações de crédito: em atendimento à Circular nº 3.743 do Banco Central, a FEBRABAN e a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) estão desenvolvendo projeto para criação da Câmara Registradora de Ativos Financeiros, destinada a capturar e registrar operações envolvendo as modalidades de crédito consignado, financiamento de veículos, CDC e crédito pessoal, entre outras. O objetivo é conferir ao sistema financeiro visibilidade quanto às operações e o estabelecimento de prioridade de credores sobre as garantias registradas.

PROJETO PILOTO DE MELHORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJ-SP)

A FEBRABAN criou um núcleo de mediação e conciliação no Fórum Central de São Paulo (SP), para onde serão encaminhadas as ações movidas contra os bancos e as ações de cobrança ajuizadas pelos bancos. A ideia é buscar mediação e tornar os acordos mais ágeis. Em 2015, cerca de 2 mil processos foram distribuídos mensalmente no Fórum Central, abrangendo apenas ações com bancos nos polos ativo ou passivo.

Petição 10, Sentença 10 é outra iniciativa da Federação em parceria com o Tribunal de Justiça paulista. Trata-se de um acordo a partir do qual os bancos se comprometeram a não gerar petições com mais de dez páginas, e os juízes a sentenciar somente até esse limite. Aguarda-se a formalização do convênio.

O pacto firmado entre FEBRABAN, Senacom e TJ-SP para o uso do portal consumidor.gov.br foi outra ação para agilizar o atendimento das demandas dos clientes e evitar a judicialização. Os bancos assumiram o compromisso de aderir ao portal e o TJ-SP de estimular o acesso dos reclamantes.

SELO EMPRESA AMIGA DA JUSTIÇA

A FEBRABAN aderiu ao projeto Empresa Amiga da Justiça, do TJ paulista. Oito instituições bancárias assumiram o compromisso de diminuir um determinado percentual do número de ações que chegam à justiça estadual.

Os bancos aderentes receberam a certificação Parceira do Programa Empresa Amiga da Justiça – um selo estilizado que pode ser usado em campanhas publicitárias, informes aos acionistas e publicações. No fim de cada ano, em cerimônia pública, o TJ-SP entregará o Prêmio Empresa Amiga da Justiça para a companhia com melhor desempenho em cada setor de atividade.

AMBIENTE OPERACIONAL

SEGURANÇA OPERACIONAL

Melhorar a segurança de funcionários e clientes é tema central da FEBRABAN, que, por meio dos bancos, investe anualmente cerca de R\$ 9 bilhões na aquisição de equipamentos como câmeras e portas giratórias e na contratação de pessoal de segurança, que chega a aproximadamente 68 mil postos em 23 mil agências.

Os investimentos crescentes, aliados a uma série de medidas preventivas, como cofre com dispositivo de tempo, redução de numerário nas agências e estímulo a transações eletrônicas, levaram o número de assaltos a banco e de ataques a *Automated Teller Machines* (ATMs) a cair nos últimos anos.

Especificamente no Estado de São Paulo o trabalho é feito de forma cooperada com as forças de segurança pública, trocando informações e melhorias contínuas de procedimentos. A FEBRABAN vem apoiando todas as iniciativas que têm por objetivo o uso da inteligência das forças de segurança estaduais no combate ao crime organizado. A Federação entende que os enfrentamentos geram poucos resultados e grande custo para a sociedade. A eficiência e importância da investigação é a forma ideal de prevenção aos ataques de ATMs.

Em 2015 ocorreram outros avanços em relação às explosões nas ATMs. De acordo com a determinação do Exército NR 1/2015, as empresas que trabalham com explosivos no Estado de São Paulo passaram a ser obrigadas a ter escolta particular durante o transporte de dinamite e

| Convento da Penha – Vila Velha (ES)



outros materiais usados em detonações. O objetivo é impedir furto e roubo por quadrilhas especializadas em explosões de caixas eletrônicos, reduzindo essa modalidade de crime. Outro Projeto de Lei que já foi parcialmente aprovado é o nº 2016/2015, que considera a explosão de ATM crime de terrorismo.

Mais uma iniciativa desenvolvida pela FEBRABAN foi o incentivo à logística de uso de numerário nos ATMs, reduzindo significativamente os recursos expostos às quadrilhas que utilizam explosivos.

Quanto às agências, cabe aos bancos submeter à Polícia Federal um plano de segurança para funcionar, o que envolve localização, fluxo de pessoas e *layout*, entre outros itens. Aprovado o plano, são instalados todos os equipamentos de segurança e mobiliário, como os caixas, caixas eletrônicos, câmeras e portas de segurança.

Avanço significativo foi também a aprovação do PL 4238 na Comissão Especial da Câmara Federal, que trata do Estatuto da Segurança Privada que, entre outras coisas, disciplina a segurança privada como um assunto federal e estabelece padrões de segurança e procedimentos para a segurança privada, incluindo agências bancárias. O PL agora segue para votação na Câmara e, uma vez aprovado, seguirá para o Senado e sanção presidencial.

Além disso, a FEBRABAN e os bancos associados atuam em parceria com órgãos públicos (governos, polícias e Poder Judiciário) no combate à criminalidade.

Nova Plataforma da Cobrança começou a ser implantada em 2015 e já conta com 4,3 milhões de cadastros

PREVENÇÃO A FRAUDES NA COBRANÇA BANCÁRIA GRI G4-2

O crescimento anual das fraudes em cobrança bancária, de R\$ 92 milhões em 2014 para R\$ 332 milhões em 2015, impulsionou a área de Operações da Federação a criar um projeto preventivo eficaz, que vai conferir segurança aos clientes e confiabilidade ao mercado. Trata-se da Nova Plataforma da Cobrança, com duas fases de implantação. Na primeira, em 2015, foi desenvolvida a base de cedência, em que todos os bancos registraram CNPJ e CPF dos emissores de boleto, com marca naqueles que já tiveram fraude comprovada no sistema financeiro. Já foram feitos 4,3 milhões de cadastros, dos quais 3 mil têm marcas.

Desde 1º de julho de 2015, para os novos contratos não mais é oferecida a opção de boleto não registrado, ficando somente disponível a opção para cobrança registrada. Os bancos e empresas terão até dezembro de 2016 para regularizar e fazer a migração de toda a sua carteira para a nova regulamentação. A segunda fase começará em março de 2017, quando todos os boletos estarão cadastrados na plataforma e somente poderão ser emitidos como cobrança registrada. A FEBRABAN promove outras ações preventivas relacionadas a fraudes, como palestras sobre os cuidados necessários ao fazer saques, manusear cartão e emitir ou receber cheques.

PROAGRO

A partir de 2016, por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações do Proagro e Seguro Rural (SGIPS), os bancos poderão monitorar, via tecnologias de sensoriamento remoto, as áreas dos empreendimentos financiados pelas operações de crédito de custeio agrícola, 24 horas por dia, sete dias por semana, reduzindo assim os riscos na concessão de crédito, inclusive relacionados aos impactos de mudanças climáticas.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.408/15, todas as operações de custeio agrícola contratadas até o limite de R\$ 300 mil deverão estar enquadradas no Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro) ou Seguro Rural. O Proagro é um instrumento de política agrícola instituído

para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento de seu custeio agrícola em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças. Além disso, o programa garante a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural quando houver perdas por essas razões.

SIMBA

O Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA), desenvolvido pela Procuradoria-Geral da República há quase uma década, está se consolidando com a colaboração da FEBRABAN e das instituições financeiras, e deverá avançar em sua implementação entre 2016 e 2017.

O SIMBA foi concebido para auxiliar os membros do Ministério Público Federal (MPF) na organização e no processamento eletrônico de registros e informações financeiras de pessoas físicas e jurídicas envolvidas, buscando, sobretudo, identificar e combater o crime organizado. Também permite a padronização das ordens judiciais em matéria de sigilo bancário, além de reduzir o espaço de tempo entre a solicitação feita pelo magistrado e o recebimento das informações financeiras dos investigados. Os dados são enviados com mais agilidade, o que confere rapidez à tramitação do processo no Poder Judiciário.

O canal de comunicação que integra o Poder Judiciário com a rede bancária em uma única plataforma começou a ser discutido em 2014. Com ela, não será mais neces-

sário o ofício físico do pedido de quebra de sigilo ou o envio de outras informações dos clientes. Todo o processo será realizado eletronicamente. Isso reduz tempo e diminui custos dos bancos e do poder público.

COMPENSAÇÃO POR IMAGEM

O número de cheques compensados por imagem no Brasil caiu para 672 milhões em 2015, redução de 79,84% nos últimos 20 anos (em 1995 foram compensados 3,3 bilhões de cheques). Na comparação com 2014, quando foram compensados 755,8 milhões, houve queda de 11,09%. As estatísticas revelam que o cliente tem deixado cada vez mais de usar cheques e optado por outros meios de pagamento, em especial as transferências eletrônicas.

O número de cheques e documentos devolvidos também diminuiu na comparação com 2014, quando o número foi de 57,4 milhões; em 2015 foram 56,4 milhões, queda de 1,65%. Em relação aos cheques devolvidos sem fundos, a redução foi de 45,2 milhões, em 2014, para 44,1 milhões em 2015.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS BANCÁRIOS

O Banco Central deve regulamentar em 2016 o Artigo 23 da Lei nº 12.865 que dará validade legal aos documentos bancários digitalizados, extinguindo assim a circulação de papel. Com a medida, toda a documentação será eletrônica, o que reduzirá a necessidade de espaço para armazenamento físico pelos bancos e proporcionará agilidade e segurança no fornecimento de cópia de documentos e diminuição de numerário, com impactos benéficos ao meio ambiente. A FEBRABAN continua atuando com os associados na padronização e construção de plataformas para garantir que as instituições financeiras possam atender de maneira segura e uniforme ao normativo.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

Os bancos continuaram aperfeiçoando seus sistemas de controles e prevenção à lavagem de dinheiro, especialmente nas tratativas com os reguladores, e também o *benchmark* com as demais instituições financeiras. A ideia é melhorar os procedimentos e trabalhar em estreita cooperação com as autoridades, especialmente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no âmbito do Ministério da Fazenda.

PREVENÇÃO

Os Bancos compõem o segmento econômico que mais reporta ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) operações atípicas e suspeitas, de forma a controlar e prevenir a prática de lavagem de dinheiro. Partiu deles mais da metade das comunicações recebidas entre 1998 e 2014

Os bancos constituem o setor da economia que mais e melhor reporta operações financeiras atípicas e suspeitas ao COAF. Mais da metade das 9,6 milhões de comunicações recebidas pelo órgão entre 1998 e 2014 partiu de bancos. Dessas comunicações, 16% deram origem a investigações.

Na busca por melhores práticas e efetividade das medidas para esse processo, a FEBRABAN interage com outros órgãos públicos e privados, inclusive internacionais, como:

- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA): fórum com mais de 60 órgãos de fiscalização e investigação de crimes financeiros para discutir estratégias de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.
- Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo (FOCCOSP).
- Comitê Latino-americano de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (COPLAFT), da Federação Latino-americana de Bancos (FELABAN).
- Subcomissão de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), com participação de especialista de 40 bancos, desenvolve estudos e trabalhos para nortear a análise, o desenvolvimento e a disseminação das melhores práticas e procedimentos.
- Congresso de PLD/FT 6ª edição (em 2015 foram mais de 300 inscritos).
- Programa FEBRABAN de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento do Terrorismo (PNLD).
- Certificação internacional ACAMS em PLD/FT.
- Autorregulação Bancária – Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro: harmoniza os procedimentos adotados pelos bancos para cumprir a

legislação vigente, padronizar as informações e documentos requisitados aos clientes e definir padrões mínimos de controles e procedimentos de PLD/FT. Serve de guia de boas práticas, e, assim, aprimora o monitoramento de operações e movimentações suspeitas.

RELACIONAMENTO COM CLIENTES

DDA

O Débito Direto Autorizado (DDA) é um sistema criado no âmbito da FEBRABAN com os bancos associados para permitir aos clientes acessar de forma eletrônica suas contas a pagar sem precisar receber elas fisicamente.

Em 2015, houve acréscimo no número de pessoas que utilizaram o sistema e na quantidade de boletos incluídos, que totalizaram 272,4 milhões.

TECNOLOGIA GRI G4-EN27

A Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária, anual, publicada há 24 anos, contou com a participação de 17 bancos, que representam 93% dos ativos da indústria bancária do País. Ela foi realizada a partir de aplicação de formulário on-line às instituições financeiras, entrevistas com especialistas e consolidação de dados públicos.

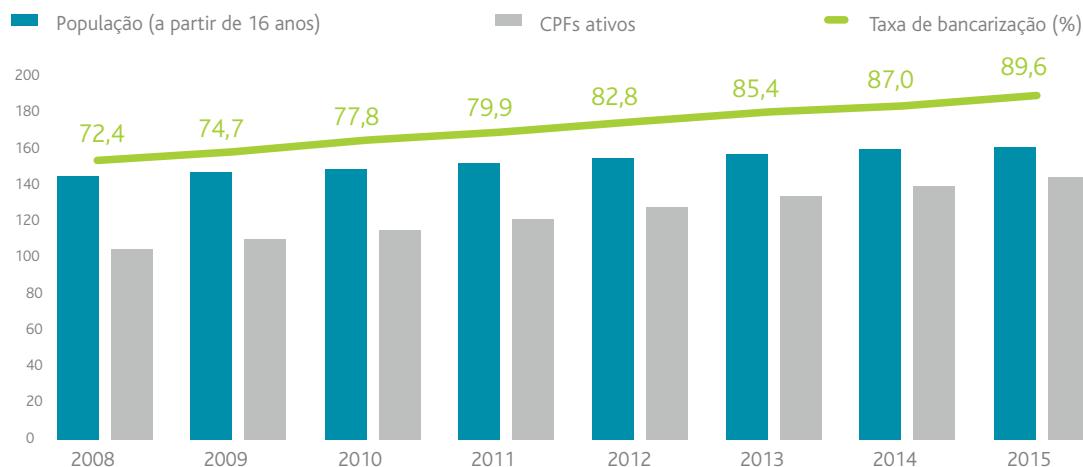
A pesquisa abordou os temas bancarização (acesso aos serviços bancários essenciais), diversificação de canais (mais opções ao cliente), transações por canais (as tendências dos usuários), clientes digitais (perfis emergentes), clientes em canais remotos (uso crescente) e investimentos e despesas em tecnologia (Brasil e mundo). Veja a seguir o desdobramento dos temas. Para conferir o relatório completo acesse www.ciab.com.br/pt/publicacoes/revistas.

| Tucanos – Pantanal (MT)



CENÁRIO

O relacionamento da população brasileira com as instituições financeiras continua avançando, conforme tendência indicada por dados do Banco Central. A taxa de bancarização chegou a 89,6% em 2015, elevação de 2,6% na comparação com 2014.



Fontes: 1. CPFs ativos do Banco Central do Brasil (são CPFs únicos de pessoas com mais de 15 anos).
2. População brasileira a partir de 16 anos da pesquisa do IBGE e da pesquisa Projeção da População do IBGE.
3. O CCS não registra dados de movimentação ou saldos bancários.

CANAIS DE ATENDIMENTO

O desenvolvimento e acesso às novas tecnologias, a comodidade, segurança, praticidade, rapidez e o perfil das gerações mais novas vêm impactando as formas e os canais de relacionamento com as instituições financeiras.

TIPOS DE PONTO DE ATENDIMENTO	DEZ/12	DEZ/13	DEZ/14	DEZ/15
Agências	22.218	22.918	23.126	22.826
Postos tradicionais	14.322	14.385	14.698	15.119
Postos eletrônicos	37.665	38.859	40.521	34.876
Unidades Administrativas	971	1.020	1.080	1.114
Total de dependências	75.176	77.182	79.425	73.935
Correspondentes no país	354.927	375.315	346.502	293.767

Destaque para o forte crescimento dos canais remotos suportados por internet ou telefonia como o *mobile banking*:

CANAIS	2014 (MILHÕES DE TRANSAÇÕES)	2015 (MILHÕES DE TRANSAÇÕES)
Agências	4,9	4,4
ATMs	10,2	10
Contact Centers	1,5	1,4
Correspondentes	1,5	1,4
Internet Banking	18	17,7
Mobile Banking	4,7	11,2
POS	7,2	7,8

Houve uma ligeira queda no universo das agências físicas em 2015, em razão de fatores como a conjuntura econômica, o comportamento do consumidor e o acesso às novas tecnologias, que impactaram decisões estratégicas das instituições financeiras relacionadas à diversificação de canais. O ano foi encerrado com 22,9 mil agências no País, contra 23,1 mil no ano anterior. A maior parte das agências, 52%, está concentrada na Região Sudeste. O restante está distribuído nas Regiões Sul (19%), Nordeste (16%), Oeste (8%) e Norte (5%).

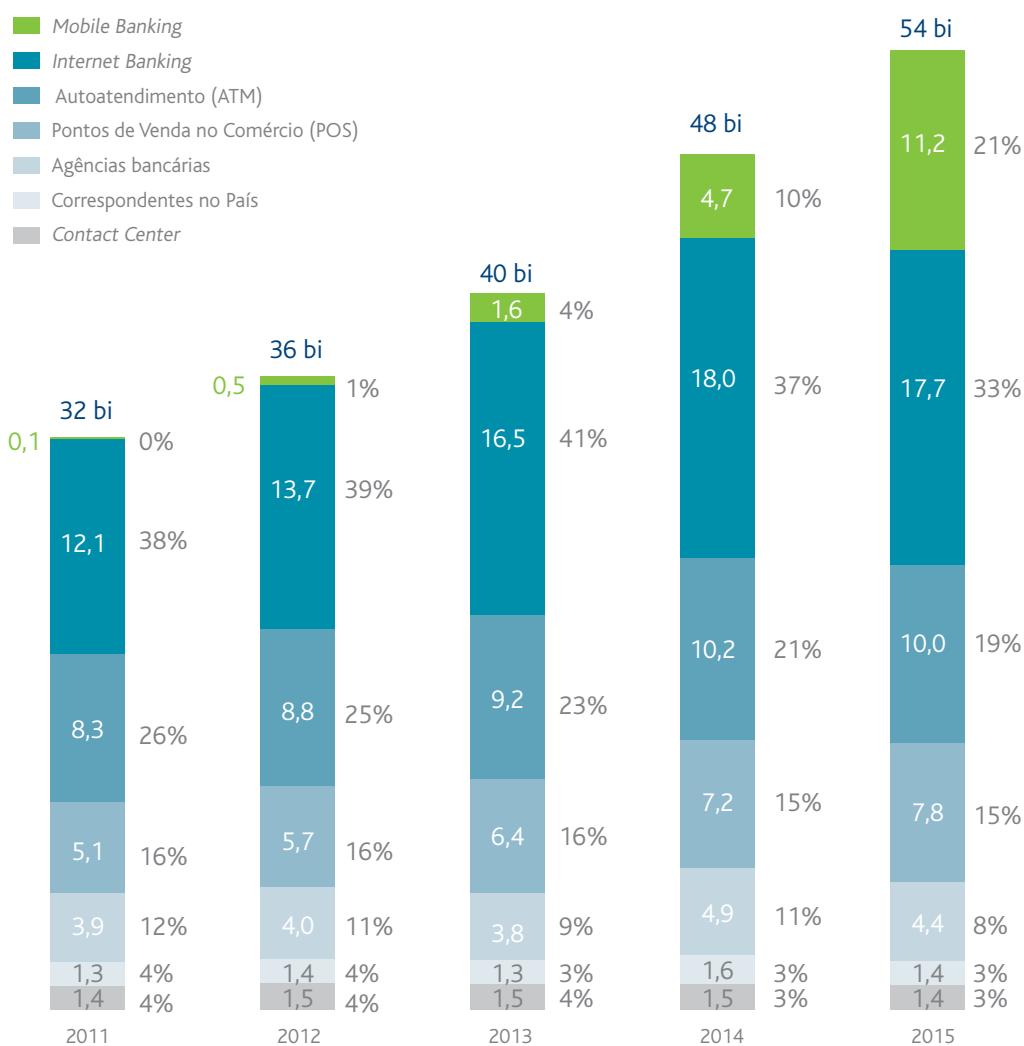
Da mesma forma, os Postos de Atendimento Bancário (PABs) e os Postos de Atendimento Eletrônico (PAEs), também passaram por

ajustes. De 2014 para 2015 deixaram de existir 5,5 mil unidades.

O cenário econômico também impactou o universo dos correspondentes bancários, composto por estabelecimentos comerciais em geral. Em 2014 eram 346,5 mil correspondentes e em 2015 o número passou para 293,8 mil. A Região Sudeste detém a maior fatia: 47% dos correspondentes. O Nordeste, 19%, o Sul, 21%, Oeste, 8% e Norte, 5%.

Em relação às transações por canais, fatores como o aumento do acesso da população à Internet e o uso crescente dos *smartphones* sustentam o avanço dos meios móveis na relação entre os clientes e a indústria financeira.

Total de transações e atendimentos **COM** e **SEM** movimentação financeira
(em bilhões)



Fonte: Pesquisa FEBRABAN 2015.

O mobile banking se destaca pela velocidade do avanço: o número de transações em 2015 mais que dobrou, saltando de 4,7 bilhões em 2014 para 11,2 bilhões, um crescimento de 138%.

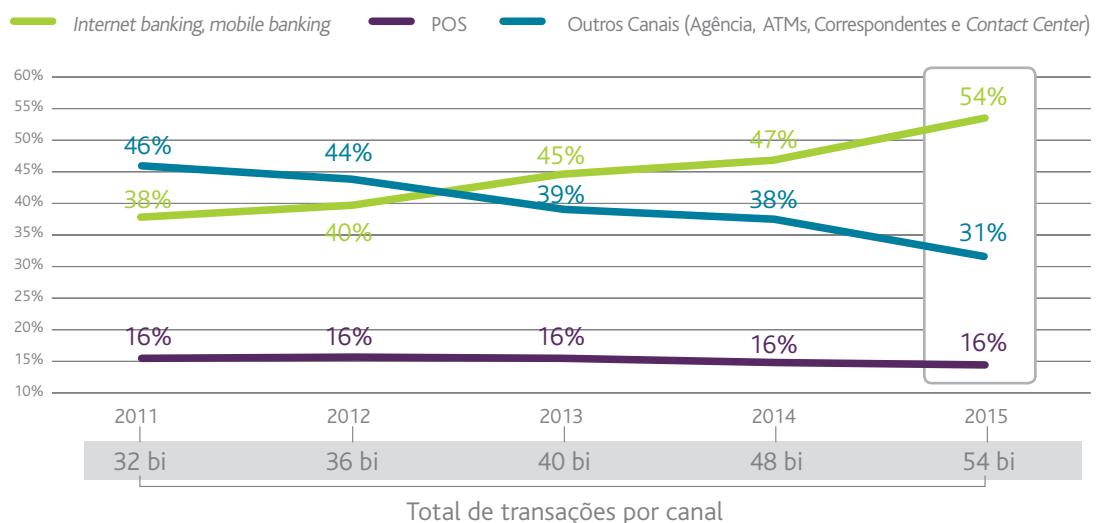
Evolução das transações por canais

(Em números de transações – %)

		Nº de transações (em bilhões)		Nº de transações (em bilhões)
	2014		2015	
POS	100	7,2	100	7,8
Correspondente no País	14 86	1,6 1,4	17 83	1,4
Agências bancárias	35 65	4,9 4,9	34 66	4,9
ATM	46 54	10,2 10,0	46 54	10,0
Internet Banking	79 21	18,0 17,7	79 21	17,7
Mobile Banking	95 5	4,7 11,2	95 5	11,2
Contact Center	97 3	1,5 1,4	97 3	1,4

Fonte: Pesquisa FEBRABAN 2015.

As transações pelos canais digitais (*internet* e *mobile banking*) ultrapassaram, pela primeira vez, mais de 50% do total, em relação a outras modalidades.

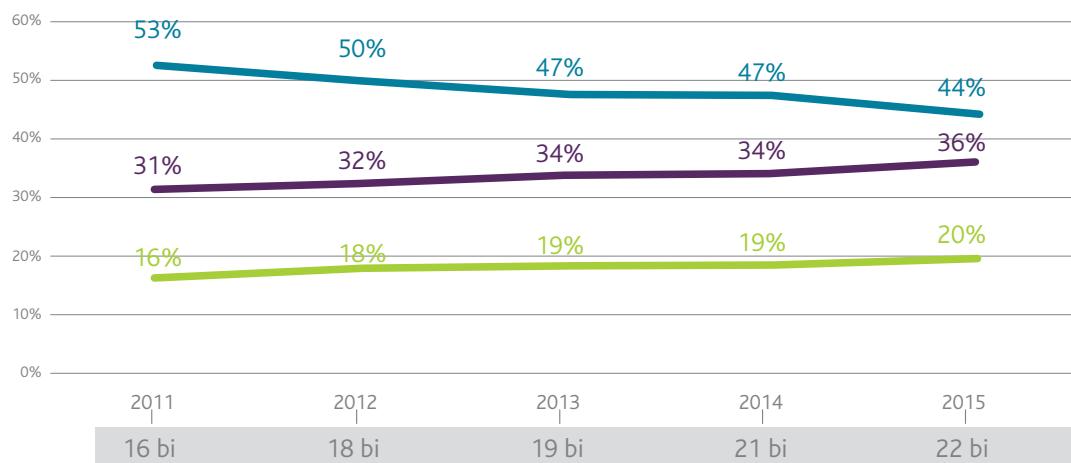


Fonte: Pesquisa FEBRABAN 2015.

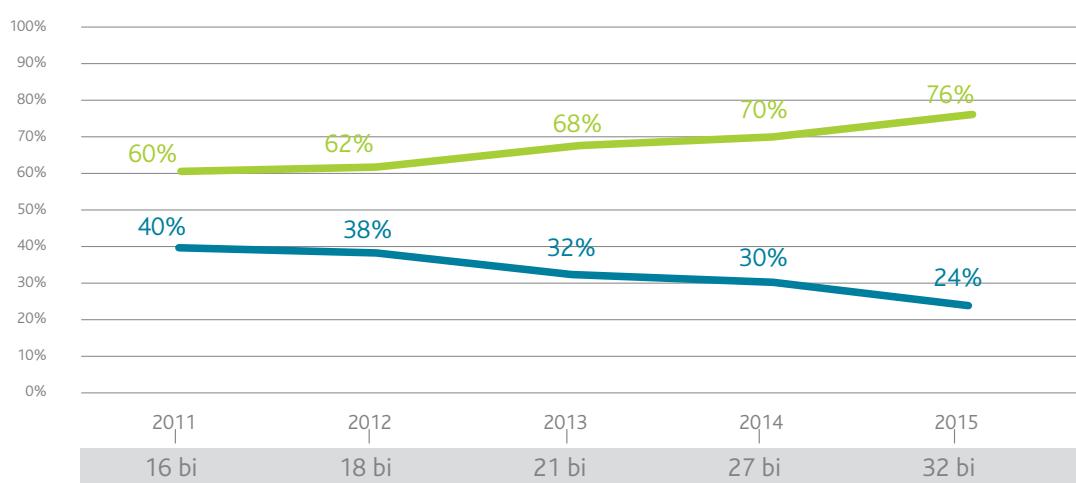
O volume de transações sem movimentação financeira também apresentou expansão, reflexo do movimento que os bancos vêm fazendo para levar comodidade aos clientes por meio dos serviços digitais.

— Internet banking, mobile banking — POS — Outros Canais (Agência, ATMs, Correspondentes e Contact Center)

Com movimentação



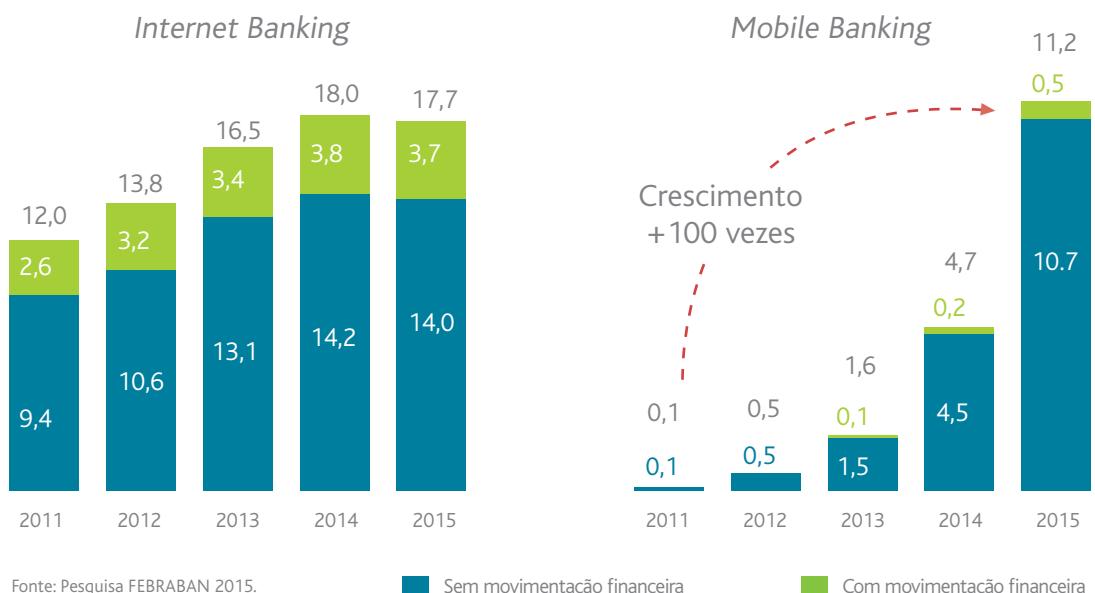
Sem movimentação



Fonte: Pesquisa FEBRABAN 2015.

Na comparação com o recurso de *internet banking*, o *mobile banking* caminha para se consolidar com uma evolução muito rápida.

**Em números de transações
(em bilhões)**

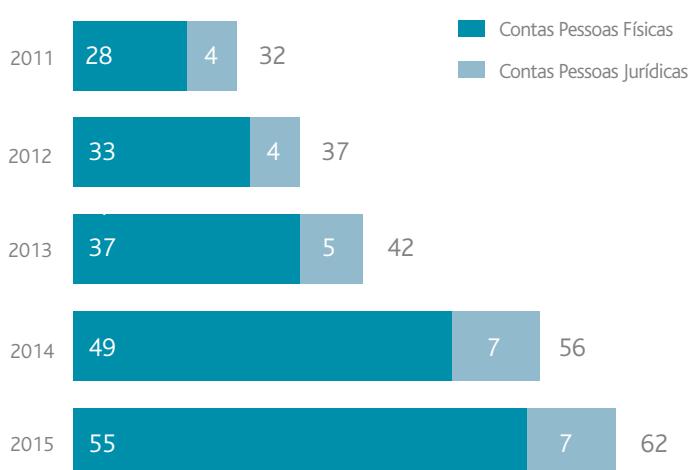


Fonte: Pesquisa FEBRABAN 2015.

O acesso da população à internet avança, estimulado pelas intensas opções tecnológicas. No Brasil, 56% da população tem acesso à internet.

O *internet banking* foi o canal responsável pelo maior número de transações no ano passado, com 33% do total – o equivalente a 17,7 bilhões de operações bancárias. As contas com *internet banking* saltaram de 56 milhões, em 2014, para 62 milhões, em 2015, segundo o levantamento.

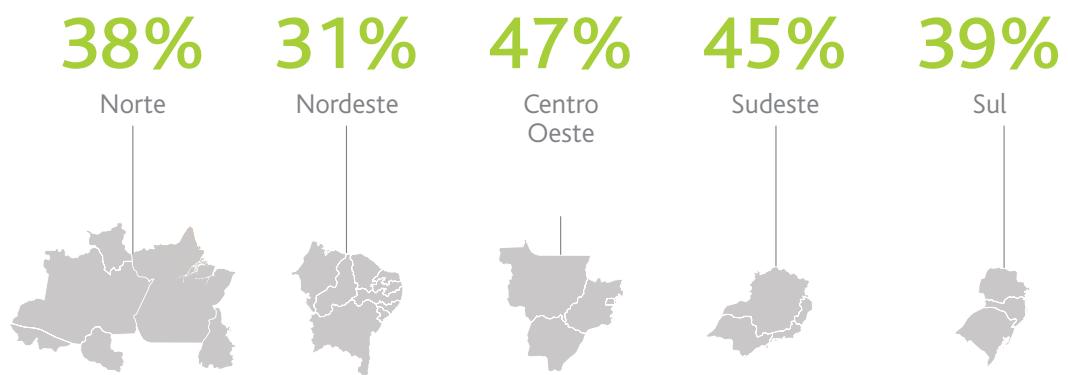
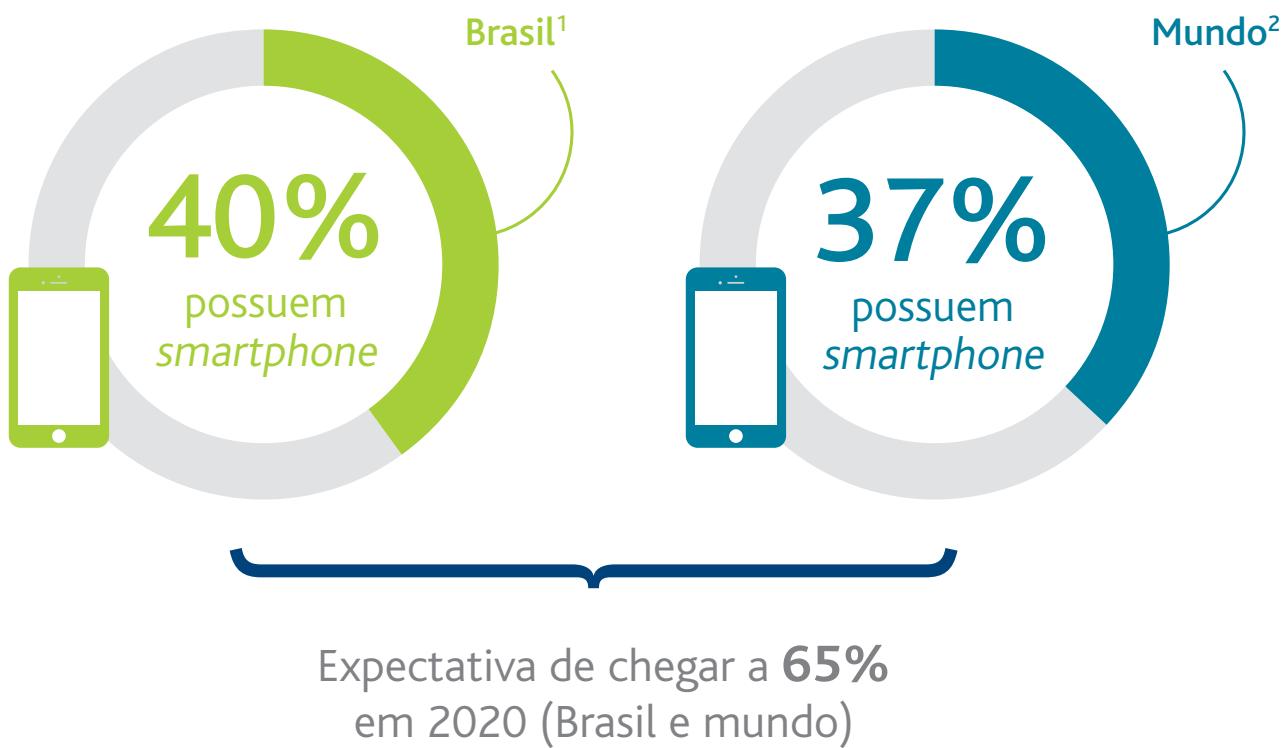
**Em números de contas bancárias com *internet banking*
(em milhões)**



Fonte: Pesquisa FEBRABAN 2015.

A penetração do *smartphone* na população brasileira já é mais elevada do que a média mundial: 40% dos brasileiros possuem o aparelho com acesso à internet, enquanto, globalmente, o índice é de 37%.

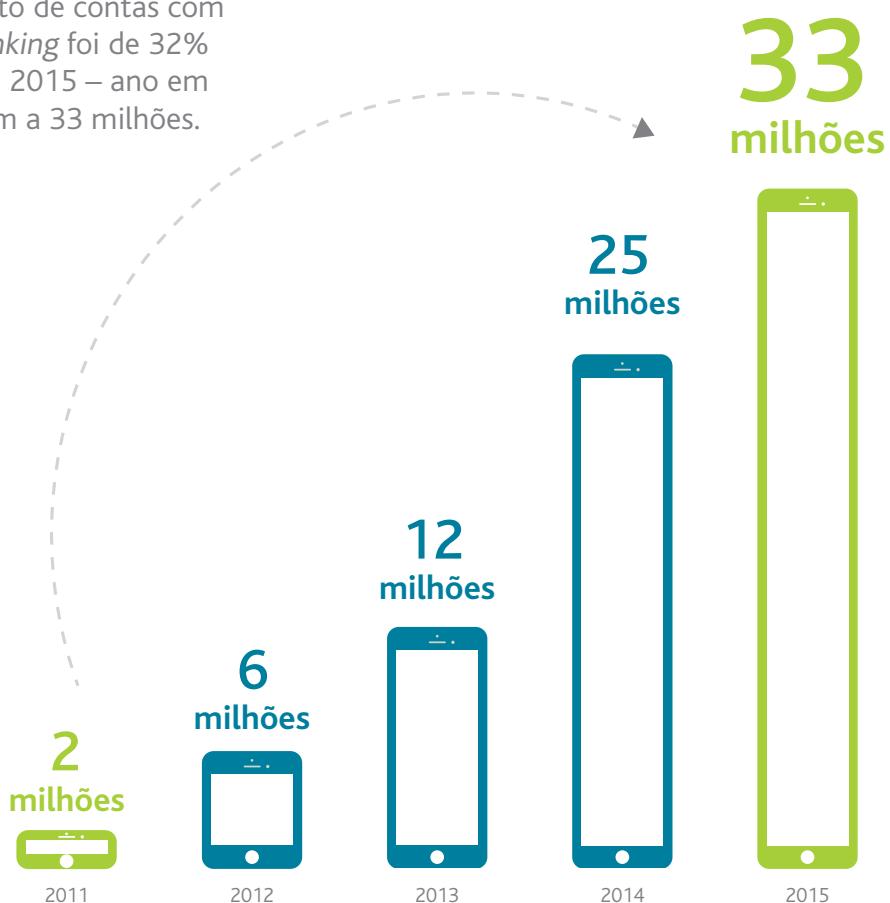
Penetração do *smartphone* – 2014



Fontes: 1. IBGE. População acima de 10 anos.

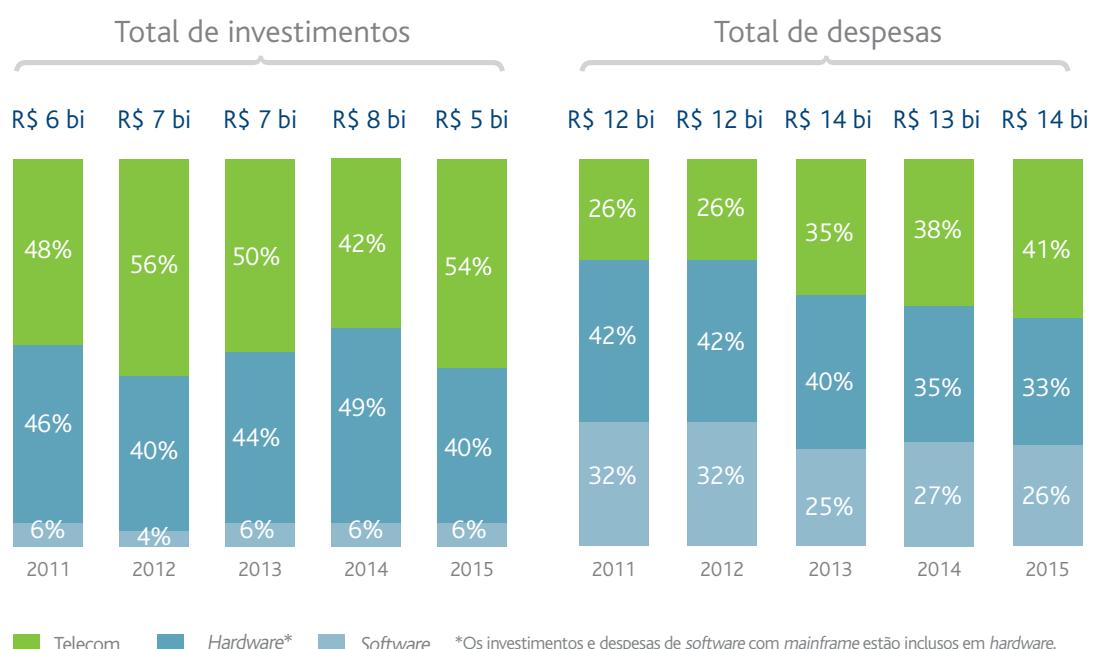
2. The Mobile Economy Report 2015 (os dados desse relatório são estimados e passam por revisão histórica a cada ano).

O crescimento de contas com o *mobile banking* foi de 32% entre 2014 e 2015 – ano em que chegaram a 33 milhões.

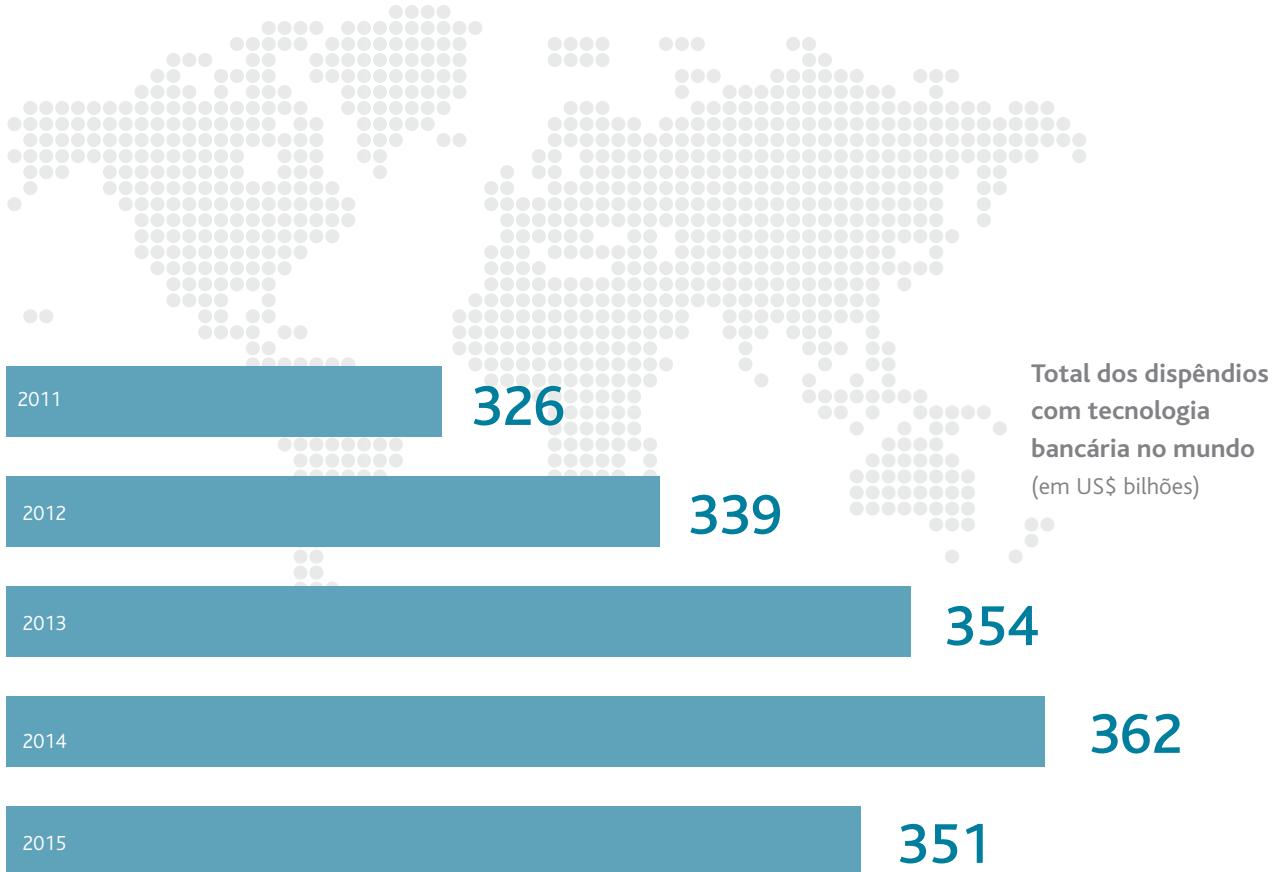


INVESTIMENTOS E DESPESAS EM TECNOLOGIA

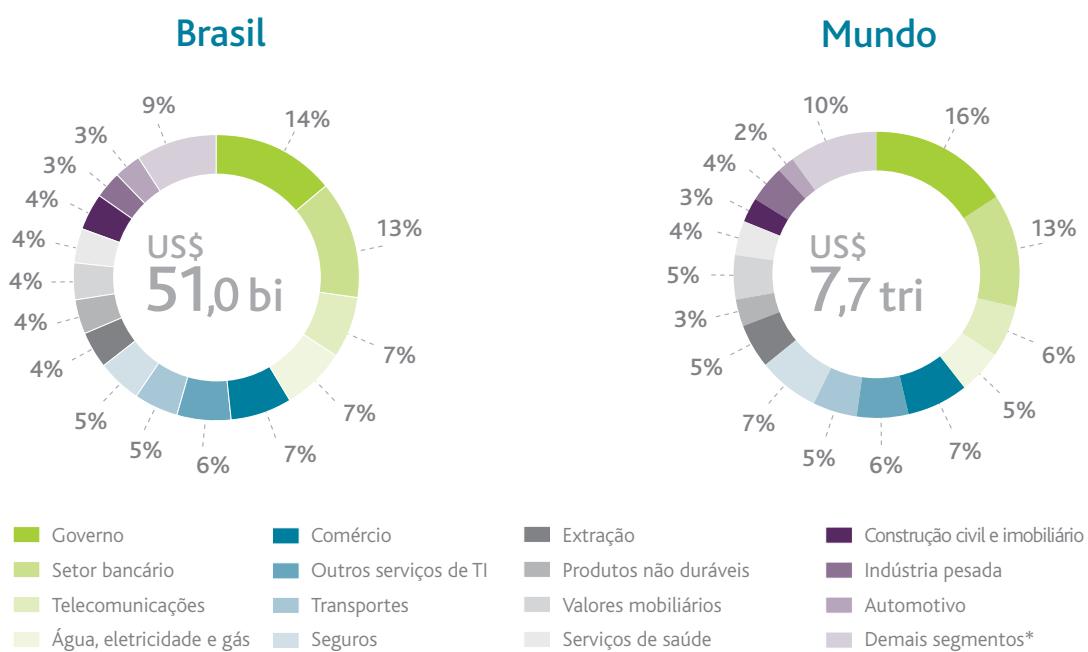
Os investimentos e as despesas em TI somaram R\$ 19,2 bilhões em 2015. Desse total, 44% foram destinados a *software*, 35%, a *hardware* e 20%, a *telecom*. No Brasil, o setor bancário é responsável por 13% dos investimentos e das despesas feitas em tecnologia da informação, mesmo percentual que a estatística mundial.



Fonte: Pesquisa FEBRABAN 2015.



Composição dos dispêndios com tecnologia por setores (2015)
(em % do total)



*Demais segmentos: educação, transmissão de ráiodifusão, farmacêuticos, publicidade, periféricos de informática, entretenimento.

TED NÃO TERÁ VALOR MÍNIMO

Desde 15 de janeiro de 2016, não há mais limite mínimo para a emissão de Transferência Eletrônica Disponível (TED). Até 2015, o valor mínimo era de R\$ 250,00. O objetivo da mudança é facilitar a vida do consumidor ao fazer transferências de recursos entre bancos.

Criada em 2002, a TED foi instituída com o novo Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), considerado um marco no sistema financeiro nacional, e conferiu mais agilidade e segurança às transações bancárias.

Ao utilizar a TED, o valor da transferência de um banco para o outro é creditado na conta do favorecido no mesmo dia se a transferência for realizada no horário do atendimento bancário.

STAR

O Sistema de Divulgação de Tarifas de Serviços Financeiros (STAR) continua sendo a principal ferramenta para consulta e comparação das tarifas bancárias do Brasil.

Os três pacotes padronizados de serviços para pessoas físicas podem ser consultados no site www.febraban-star.org.br.

CERTIFICAÇÃO DE CORRESPONDENTES

O Brasil conta com cerca de 294 mil correspondentes bancários que prestam serviço ao sistema financeiro e às comunidades,

facilitando o acesso a produtos e soluções em ambientes fora das agências, como farmácias, supermercados e concessionárias de veículos. A FEBRABAN é a principal entidade certificadora desses profissionais. Em 2015 capacitou 22.343 mil e desde 2013 já certificou 123.947 mil agentes.

A certificação de correspondentes tem por objetivo atestar o nível de conhecimento técnico e especialização dos profissionais, visando ao melhor desempenho de suas atividades, em atendimento à Resolução nº 3.954 do Banco Central.

CERTIFICAÇÃO FEBRABAN	2013	2014	2015
On-line	35.872	19.693	38.119
Presencial	9.469	15.154	5.640
Total	45.341	34.847	43.759

AUMENTO DE EFICIÊNCIA GRI G4-EN27

PROJETO DE EFICIÊNCIA LOGÍSTICA (PEL)

O PEL é um projeto de identificação de sinergias e implementação da logística compartilhada entre bancos, com foco em redução de custos. Ele teve três frentes de eficiência: Compras, Logística de Materiais e Transporte Compartilhado de Malotes (TCM).

EFICIÊNCIA LOGÍSTICA DE COMPARTILHAMENTO DE COMPRA

Está em andamento, com prazo de conclusão previsto para junho de 2016, a primeira licitação para compras compartilhadas entre os bancos, incluindo materiais de escritório e de copa. Espera-se, com essa iniciativa, ganhos de 15% de eficiência.

EFICIÊNCIA LOGÍSTICA DE MATERIAIS

A área de Logística da FEBRABAN conquistou em 2015 resultados positivos operacionais e financeiros com o Transporte Compartilhado de Malotes (TCM) e o início da operação do Projeto de Logística de Materiais Compartilhado, que também faz parte do Projeto de Eficiência Logística (PEL). Sociedade, bancos, fornecedores e governo ganharam com essa ação, que resultou em diminuição de custos, maior segurança no transporte de documentos e produtos e redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) com evidentes benefícios para o meio ambiente.

TRANSPORTE COMPARTILHADO DE MALOTES (TCM)

Revisão do modelo que implementou a padronização das atividades de campo, o aumento dos pontos em cada rota, privilegiando a sequência logística, o cumprimento do horário, o tempo de permanência nas agências e o peso dos malotes.

Destaques do TCM

- Economia de R\$ 69 milhões.
- Aumento da produtividade em campo, medida pelo tempo de permanência nas agências (de quatro minutos para uma meta de cinco), horário de atendimento 60% de acordo com o agendado, com média de atraso de sete minutos, e 95% dos malotes lidos em campo.
- Migração das atividades operacionais dos Grupos de Avaliação de Desempenho para a FEBRABAN.
- Ampliação da eficiência no controle e acompanhamento dos pagamentos dos serviços prestados e contratados.
- Gestão dos níveis de serviços contratados dos fornecedores, com reuniões operacionais mensais.
- Redução de 27% no volume de roubos entre 2014 e 2015.
- Introdução do sistema de gestão de ocorrências e demanda de serviços, garantindo padronização dos processos, atendimento e controle dos acordos dos níveis de serviços SLA (*Service Level Agreement*) e agilidade no atendimento das demandas das instituições financeiras.

NOVA PLATAFORMA DE COBRANÇA

Em 2015 houve avanço no processo de implementação da plataforma de cobrança, cujo objetivo é fortalecer o produto Cobrança, proporcionando mais agilidade, segurança e conveniência à sociedade e ao mercado financeiro. A construção da plataforma foi motivada pela ocorrência de fraude na cobrança; exploração nas vantagens do Débito Direto Autorizado (DDA); pagamento do boleto vencido em qualquer banco; alto volume de inconsistências; adequação à Circular 3.598/3.656; melhoria no ambiente de crédito das pequenas e médias empresas; e possibilidade de rastreabilidade. Até o fim do período, já havia cerca de 5 milhões de emissoras de boletos cadastradas na base de cedência.

Em setembro foi centralizada a base de clientes beneficiários, que tiveram seus dados enviados pelas instituições financeiras, permitindo que um participante efetue consulta que o subsidie na avaliação de disponibilização de novo convênio ou crédito.

Na próxima fase, que vai de agosto a dezembro de 2016, será centralizada a base de boletos de pagamento. Um cadastro com os principais dados do boleto será construído, de forma a proporcionar a segurança necessária para seu pagamento em toda rede bancária, mitigando os impactos de eventual alteração produzida no boleto físico. No fim de dezembro terminará a migração das carteiras sem registro para a nova plataforma. E, em janeiro de 2017, terá início a produção da fase 2, Base Centralizada de Cobrança.

BENEFÍCIOS DA NOVA PLATAFORMA DE COBRANÇA

- Possibilita a geração de informações às instituições financeiras, a fim de auxiliá-las no processo de análise de viabilidade para habilitação do serviço de cobrança bancária.

- Migração da cobrança sem registro para cobrança registrada.
- Adequação das instituições financeiras participantes à Circular 3.598/3.656 do Banco Central.
- Redução do volume de inconsistências e eliminação do CAC-Débito (Comunicado de Acerto de Débitos). Os pagamentos serão realizados considerando os dados registrados na Câmara Intercâmbio de Pagamentos (CIP).
- Proporciona recebimento de boleto vencido em qualquer banco, com redução de saques em dinheiro e maior benefício para a sociedade.
- Melhoria na concessão de crédito.
- Possibilidade de o beneficiário atualizar os boletos.

CENTRAL DE BALANÇOS

A FEBRABAN e as suas instituições associadas acreditam que a implantação da Central de Balanços proporcionará diversos benefícios, como a simplificação do processo de busca de informações pelos interessados (*stakeholders*), que em um único ambiente terão acesso aos balanços de diversas entidades. Ela servirá também para uma divulgação mais democrática e transparente das informações contábeis, dado que os canais eletrônicos alcançam um público bastante amplo e bem heterogêneo, como: universidades, clientes, investidores, analistas, entre outros. Criará uma base perene de informações, permitindo a formação de um histórico de dados.

A Central é essencial para os bons princípios de governança corporativa, demonstrando o compromisso da FEBRABAN com as boas práticas de divulgação para o mercado, bem como a facilitação de acesso as mesmas. Certamente, contribuirá para uma avaliação positiva do Brasil no cenário internacional, quanto à transparência, governança e estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

PRINCIPAIS ASPECTOS DA CCT 2015/2016

RELAÇÕES TRABALHISTAS

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

As negociações para a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, com abrangência nacional, têm como data-base 1º de setembro e reúnem 157 bancos, representados pela Federação Nacional dos Bancos (FENABAN). Elas envolvem mais de 500 mil trabalhadores, 210 sindicatos, 13 federações e duas confederações. Em 2015 a negociação foi realizada diretamente entre os sindicatos dos bancários e as entidades, sem necessitar de interferências de terceiros.

ACOMPANHAMENTO DA LEI DE TERCEIRIZAÇÃO

A FEBRABAN acompanhará em 2016 a tramitação da proposta de regulamentação da Lei de Terceirização (PL nº 4330/04) no Senado. O projeto, previamente aprovado em abril de 2015 na Câmara dos Deputados, alterou itens do texto-base. Entre as mudanças, prevê a abrangência das terceirizações tanto para as atividades-meio como para atividades-fim; que as obrigações trabalhistas fiquem a cargo da empresa terceirizada, embora sob acompanhamento da contratante; e a terceirização no serviço público.

DEMISSÃO IMOTIVADA

No exercício de 2015, os bancos admitiram 30 mil funcionários e demitiram 20 mil. Apesar da admissão ser maior que a demissão, parte dos postos em aberto por iniciativa dos empregados não foi reposta, resultando em redução do efetivo dos bancos, influenciado pelos pedidos de demissão e de antecipação de aposentadoria.

- Reajuste: 10%.
- Piso para a função de caixa após 90 dias: R\$ 2.669,45 para jornada de seis horas diárias.
- Participação nos Lucros e Resultados (PLR), cuja regra básica pode chegar a 2,2 salários do empregado e mais uma parcela adicional de até R\$ 4.043,58, podendo representar quase 4 salários da função de caixa. O valor máximo da PLR pode chegar a R\$ 23.861.

GESTÃO DE AFASTADOS

A Gestão de Afastados, projeto desenvolvido e incorporado ao sistema de Gestão de Segurança e Saúde, busca administrar os afastamentos nos bancos e aplicar ações preventivas visando à redução do absenteísmo.

MELHORIA CONTÍNUA DA GESTÃO DE SST – FASE II

Os bancos avançaram na Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), implantando em 2015 diretrizes e indicadores para acompanhar os resultados. Também desenvolveram planos de ação para garantir a melhoria nas condições e relações de trabalho, que continuarão a ser aplicados em 2016.

Foram definidas e fornecidas as informações que serão base para a análise bipartite dos afastamentos pela Previdência Social.

Empregados no setor por gênero



Empregados
no setor

502.359

DEZEMBRO/2015
(ESTIMATIVA)

Fonte: RAIS 2014 e CAGED 2015.



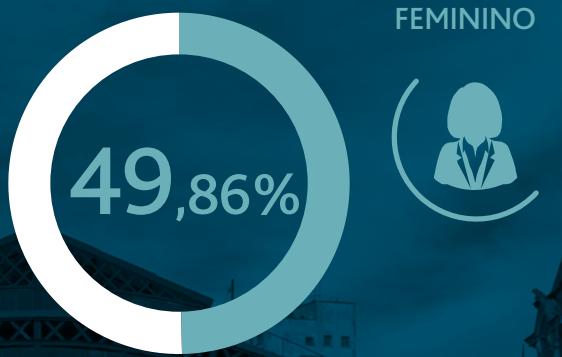
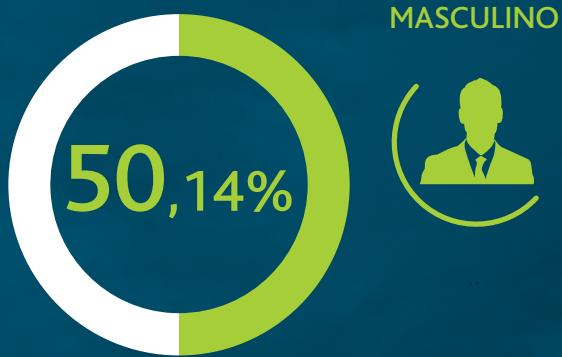
Salário médio

VALOR

R\$6.400

DEZEMBRO/2015

Fonte: IndRH.
Nota: bancos considerados – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Citibank, HSBC, Itaú, Mercantil do Brasil, Santander e Votorantim.



DEZEMBRO/2015

Fonte: IndRH.
Nota: bancos considerados – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Citibank, HSBC, Itaú, Mercantil do Brasil, Santander e Votorantim.

Pessoas com deficiência

QUANTIDADE

9.357



EFETIVO

229.910

DEZEMBRO/2015

Fonte: IndRH.
Nota: bancos considerados – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Citibank, HSBC, Itaú, Mercantil do Brasil, Santander e Votorantim.

| Estação da Luz
– São Paulo (SP)

PERFIL DO BANCÁRIO BRASILEIRO

O número de bancários – profissionais homens e mulheres de relação com o cliente, dedicados mais ao desenvolvimento de produtos e à relação comercial e habilitado para usar tecnologia de ponta – tende ao equilíbrio, sendo 49,86% mulheres e 50,14% homens. Pelo menos 90% da categoria tem nível superior, e, a cada ano, cresce também o número de bancários com pós-graduação, mestrado e doutorado. As profissionais ingressam no setor com nível escolar mais elevado e conquistam cada vez mais posições técnicas, de chefia e de gerência.

O setor bancário conta com a Subcomissão de Diversidade, que trata de negociações permanentes sobre o tema, envolvendo gênero, raça e deficiência. O segmento tem mantido equilíbrio em suas contratações e tem o maior percentual de cumprimento de cota do mercado brasileiro. Para isso, a FEBRABAN qualifica os profissionais para ocupar as posições mais avançadas.

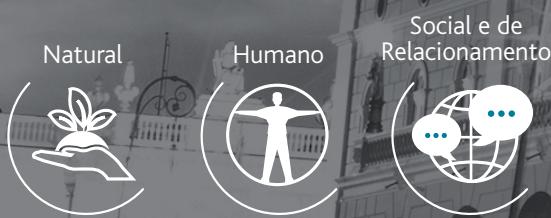
O setor tem a menor rotatividade do mercado de trabalho porque oferece perspectiva de carreira, possibilidade de permanência, compatibilização da vida profissional com a pessoal e remuneração diferenciada – os bancos têm o maior salário médio do mercado.

Há ainda um sistema de denúncias de conflitos no ambiente de trabalho (assédio, discriminação ou outras desavenças entre subordinado e chefia ou entre os colegas), instituído por meio de acordo sindical. Um canal interno foi criado em cada banco e as denúncias são encaminhadas anonimamente a uma ouvidoria, que tem a tarefa de apurá-las.

As denúncias também podem ser feitas ao sindicato, responsável por encaminhá-las ao banco – que, por sua vez, responde a todas as queixas à entidade, classificando-as como procedentes ou não. Semestralmente, FEBRABAN e sindicato se reúnem para avaliar as denúncias mais comuns, apontar as mais complexas e dar prosseguimento às providências.

04

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



A FEBRABAN tem papel importante na conscientização de seus associados para que atuem focados na redução dos impactos socioambientais – ainda que indiretos – de suas atividades. As ações são concentradas em comissão da qual participam 28 instituições

| Teatro Amazonas – Manaus (AM)



Em 2015, a FEBRABAN deu continuidade às iniciativas para o exercício consciente da responsabilidade socioambiental por parte das instituições financeiras, que apresentam impacto socioambiental indireto por meio de suas atividades de financiamento a clientes e relacionamento com fornecedores. As ações são trabalhadas pela Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS), da qual participam 28 instituições financeiras. Entre as atribuições da CRSS estão:

- Manter o setor bancário e a FEBRABAN na vanguarda das modernas práticas empresariais de responsabilidade socioambiental
- Contribuir para que o setor esteja em conformidade com a regulação e legislação ambiental e social
- Engajar o setor rumo à Economia Verde, promovendo o conhecimento e identificando oportunidades
- Instrumentalizar a integração entre negócios e desenvolvimento sustentável
- Estimular a transparência nos relatórios anuais das instituições, por meio da adoção da plataforma do relato integrado
- Atuar proativamente em temas e projetos de interesse do setor bancário com instituições, organismos públicos ou privados, reguladores, entidades de classe e empresas – nacionais ou internacionais

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Realizações da FEBRABAN apoiadas pelos bancos integrantes da CRSS no decorrer do ano foram as seguintes:

• GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA REGISTRO DE PERDAS DECORRENTES DE DANOS SOCIOAMBIENTAIS

A FEBRABAN lançou o guia para orientar as instituições financeiras na criação de suas bases de registro de dados relativos às perdas efetivas em operações de financiamento causadas por danos socioam-

bientais para cumprimento da exigência do Art. 6º, inciso II, da Resolução 4.327, do Banco Central do Brasil.

O documento expõe critérios mínimos para a marcação das perdas decorrentes de danos socioambientais, objeto de processos administrativos e judiciais de que a instituição financeira seja parte, em decorrência de atividades internas ou de operações com clientes.

• GUIA PRÁTICO PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (PRSA)

Também para apoiar os bancos no cumprimento da Resolução 4.327/14, a FEBRABAN lançou o Guia Prático para Elaboração e Implementação de Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

O guia foi desenvolvido a partir de um programa de capacitação que contou com a participação de mais de 150 profissionais de diferentes áreas das instituições financeiras e de ferramentas domésticas e internacionais de avaliação das questões socioambientais. O material detalha as exigências da resolução, procedimentos, recomendações e demais temas relevantes para a adequação ao citado normativo do Banco Central do Brasil.

Em apoio a PRSA, foi disponibilizado também aos associados, curso on-line de Educação a Distância (EAD) para esclarecer conceitos e implantar os dispositivos contidos na Resolução 4.327 e no Normativo de Autorregulação SARB 14 de 28 de agosto de 2014.

• REDUÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO ENVOLVENDO IMÓVEIS URBANOS

Para atender ao artigo 18 do Normativo de Autorregulação SARB 14, foi adicionado parágrafo único, orientando os bancos signatários da autorregulação a adotar o documento padrão intitulado Levantamento

de Indícios de Contaminação em Imóveis Urbanos (LIC). Nele são requeridas informações sobre os imóveis que possam apontar indícios de contaminação. O LIC, construído em parceria com o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), tem a finalidade de agilizar a aceitação das garantias nos bancos, reduzir seus riscos e reduzir o custo para o cliente.

• ECONOMIA VERDE E NOVOS NEGÓCIOS

Para ampliar o fluxo de recursos intermediados pelo Sistema Financeiro Nacional, direcionados à economia de baixo carbono (Economia Verde), foram adotadas iniciativas, que visam construir e disseminar condições para a criação de negócios. Elas também proporcionam ganhos de imagem ao setor na medida em que apresentam o alinhamento às metas de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa assumidas pelo País.

MERCADO DE GREEN BONDS NO BRASIL: Em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces/FGV-EAESP), a FEBRABAN realizou estudo sobre *green bonds* (títulos de dívida de destinação específica na área ambiental), publicado em outubro nas versões português e inglês. O trabalho apresenta propostas para viabilizar o desenvolvimento do mercado dos títulos no Brasil, dentre as quais se destacam: (1) criação de diretrizes uniformes para enquadramento dos projetos na modalidade Green Bonds; (2) identificação de agentes para realizar a avaliação independente dos atributos ambientais dos *green bonds*; (3) fomento a investidores âncora e criação de modelos para emissão dos títulos. A segunda fase, relativa à implementação das recomendações do estudo, integrará o Plano de Ação para 2016.

COTA DE RESERVA AMBIENTAL: A FEBRABAN publicou, também em parceria com o GVces, estudo sobre Cotas de Reserva Am-

No ano, a Federação atuou em frentes para ampliar o fluxo de recursos destinados à criação de negócios relacionados à economia verde

biental (CRA), em que discute as oportunidades e os limites para que elas possam se configurar como valores mobiliários, ampliando o interesse para além do mercado de compensação de Reserva Legal. O estudo identificou que muitos desafios ainda devem ser superados para que as CRAs possam de fato se tornar um valor mobiliário. Entre eles, está o desenho de um modelo econômico-financeiro que possa atrair os investidores e conciliar objetivos econômicos com objetivos socioambientais. O principal desafio citado, no entanto, diz respeito à falta de clareza para a sociedade quanto ao efetivo cumprimento e consolidação do Novo Código Florestal brasileiro. Esse aspecto é relevante porque tem impacto direto sobre demanda e oferta por esses títulos.

• ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

A FEBRABAN assinou, em maio de 2015, o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira para Implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Acordo tem como objetivo acelerar e melhorar a qualidade do cadastramento por meio da confecção e disponibilização de mapas georreferenciados, elaborados a partir de imagens de satélite dos cerca de 4,2 mil municípios situados nos biomas Cerrado e Mata Atlântica. O fornecimento desses mapas facilitará a realização do CAR pelas propriedades rurais e, consequentemente, contribuirá para consolidar o novo Código Florestal, instituído pela Lei nº 12.651/2012.

Até janeiro de 2016 foram avaliados 68 milhões de hectares de 1.226 municípios, correspondentes a 100% dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, 72% de Tocantins, 32% do Espírito Santo e 22% de Minas Gerais.

O orçamento do projeto é de R\$ 6,4 milhões, cabendo à FEBRABAN contribuir com R\$ 2 milhões. Integram o acordo o Ministério do Meio Ambiente, a Embrapa, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e as seguintes entidades: Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), Sociedade Rural Brasileira (SRB), União da Indústria de Cana-de-açúcar (Única), Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Instituto Aço Brasil e Agroicone Ltda.

• MENSURAÇÃO DE RECURSOS FINANCIEROS ALOCADOS EM SETORES DA ECONOMIA VERDE E NOS SETORES POTENCIALMENTE CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL

O estudo teve sua primeira versão publicada em 2014. Em 2015, os dez maiores bancos do mercado, que representam mais de 85% dos empréstimos totais, participaram do Grupo de Trabalho que aperfeiçou a metodologia de mensuração de recursos de financiamentos para setores econômicos da Economia Verde segundo critérios das Nações Unidas e dos setores potencialmente causadores de impacto ambiental de acordo com o disposto na Resolução Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) de nº 237/97. Foram levantados dados de 2013 e 2014.

A metodologia e os resultados de sua aplicação têm valor estratégico que possibilita aos bancos gerenciarem as carteiras de financiamentos por setores de atividade econômica. Podem ainda avaliar o potencial dos mercados dos setores financiados, alinhar prioridades de negócios, e facilitar a análise do perfil de risco da carteira e seu posicionamento em relação ao setor bancário consolidado.

A metodologia para identificar recursos intermediados pelos bancos foi desenvolvida em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces). A construção da metodologia – que será reavaliada em 2016, em processo contínuo de aperfeiçoamento – obteve reconhecimento internacional. Ela poderá ser incorporada e ajustada por outros países uma vez que é similar às adotadas pela MSCI Global Industry Classification Standards e pelo The International Development Finance Club.

Os saldos dos empréstimos aos setores potencialmente causadores de impacto ambiental representaram 33,5% e 33,2% do saldo total dos empréstimos às pessoas jurídicas e empresas em 31 de dezembro de 2013 e de 2014, respectivamente.

Seguindo o mesmo critério, os saldos dos empréstimos aos setores da Economia Verde, também em 31 de dezembro de 2013 e 2014, representaram 8,8% e 9,6%, respectivamente.

• SEMINÁRIO INTERNACIONAL SISTEMA FINANCIERO, A ECONOMIA VERDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (sigla em inglês para United Nations Environment Programme – UNEP) e do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces), a FEBRABAN realizou em setembro, em São Paulo, o Seminário Internacional Sistema Financeiro, a Economia Verde e Mudanças Climáticas. O evento contou com 375 participantes e reuniu personalidades brasileiras e internacionais em quatro painéis: Regulação Prudencial e a Economia Verde, Desenho de um Sistema Financeiro Global Alinhado à Economia Verde, O Financiamento Privado e a Economia Verde, e Mudanças Climáticas e Agenda para a COP 21. Dentre os vários responsáveis pelos painéis, destacaram-se:

- Achim Steiner, Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Subsecretário Geral das Nações Unidas
- Inci Otter-Robe, Assessora do Departamento Monetário e de Mercado de Capitais do Fundo Monetário Internacional (FMI)
- Edi Setijawan, Vice-Diretor do Departamento de Pesquisas e Regulação Bancária da Autoridade de Serviços Financeiros da Indonésia
- Habil Olaka, CEO da Associação de Bancos do Quênia
- Wang Yao, professora e Diretora do Centro de Pesquisas do Clima e Energia da Universidade Central de Finanças e Economia e Secretária-Geral Adjunta da Comissão de Finanças Verdes da China

- Alexandre Kossoy, especialista financeiro sênior em Políticas de Mudanças Climáticas e Finanças do Banco Mundial
- Donald MacDonald, Presidente do Institutional Investors Group on Climate Change (IIGCC)
- Joaquim Levy, Ministro da Fazenda do Brasil.
- Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente do Brasil

O seminário abordou temas relevantes para a gestão de negócios e riscos socioambientais nas instituições financeiras, as experiências nacionais e internacionais destinadas a aumentar o direcionamento de capitais privados para o financiamento da economia de baixo carbono e a agenda de mudanças climáticas para a COP 21, a conferência internacional da ONU realizada em Paris em dezembro passado. Em uma iniciativa inédita, a FEBRABAN neutralizou 100% dos gases de CO₂ emitidos durante o Seminário com o plantio de 255 mudas de árvores, em parceria com o projeto SOS Mata Atlântica.

No dia seguinte ao evento, a FEBRABAN promoveu no 44º Café com Sustentabilidade, dividido em dois painéis com debates sobre os temas Precificação do Carbono e a Agenda para COP 21, e Regulação Bancária, Riscos Socioambientais e Financiamento da Economia Verde. Estiveram presentes 60 participantes do setor financeiro.

• CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE

É um espaço para troca de experiências e discussão de temas relevantes relacionados à responsabilidade socioambiental, negócios e tendências que impactam o Sistema Financeiro Nacional. Em 2015, foram realizadas cinco edições, que somaram 355 participantes de 16 bancos e 24 empresas. Os temas tratados foram: 1) Gerenciando diferentes fatores de riscos socioambientais e o Capital Natural; 2) Green Bonds, cami-

nhos para desenvolver um mercado de títulos verdes de renda fixa no Brasil; 3) O potencial da Cota de Reserva Ambiental (CRA) como valor mobiliário; 4) Precificação do carbono, a agenda da COP 21 e a regulação bancária; e 5) Cenários de mitigação de Gases do Efeito Estufa. Todos os cadernos com as sínteses das discussões nos Cafés estão disponíveis no site www.febraban.org.br.

• PROGRAMA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO (ABC)

Em 2015 foram elaboradas propostas de melhoria ao Programa ABC, que financia processos e novas tecnologias visando auxiliar na mitigação da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) nas atividades agrícolas.

Um dos destaques foi o programa Capacita ABC de treinamento de projetistas e analistas bancários para disseminar os conhecimentos necessários à elaboração e ao enquadramento de projetos técnicos passíveis de financiamento no âmbito do Programa ABC, facilitando o acesso dos produtores rurais a essa linha de crédito. O Capacita ABC surgiu a partir de acordo de cooperação técnica firmado em 2014 entre BNDES, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), FEBRABAN, Instituto FEBRABAN de Educação (INFI), Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Os conteúdos do programa incluem a análise de tecnologias como Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Sistema Plantio Direto na palha (SPD) e Florestas Plantadas (FP), entre outros que visam à adoção de práticas e sistemas sustentáveis de produção, com foco na redução da emissão de GEE na agricultura. Com a iniciativa, técnicos e instituições financeiras estarão melhor preparados para avaliar as propostas de projetos oriundas do setor agropecuário, acelerar a aprovação e aumentar o uso de novas tecnologias.

Para aprimorar e promover a utilização dessa linha de crédito pelos bancos públicos e privados, foram analisadas as principais dificuldades do programa e propostas sugestões de melhoria, incluindo a simplificação de exigências documentais e criação do Programa ABC Ampliado. O assunto foi tratado por duas comissões técnicas da FEBRABAN: Assuntos do BNDES e Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade, e em reuniões entre diversas organizações e órgãos governamentais, como os ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Fazenda, o BNDES e a Fundação Getulio Vargas (FGVAgro). Além disso, foi definido um Comitê de Acompanhamento, composto pela FEBRABAN, MMA, BNDES, Fazenda e Mapa.



| Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – Ipameri (GO)

• RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP)

A FEBRABAN participou do encontro anual do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, em outubro, realizado em Lima (Peru). Na ocasião, foi publicado o relatório “O sistema financeiro que precisamos”, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O documento mostra como aproveitar os ativos do sistema financeiro mundial para a sustentabilidade. O presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, é membro do Conselho Consultivo da UNEP criado para conduzir os estudos e pesquisas que originaram o citado documento.

O relatório avaliou com profundidade a eficácia do sistema financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável em mais de 15 países, entre segmentos-chave, como mercados bancários, de obrigações e de ações, investimento institucional, seguro e política monetária. A ação envolveu ainda parceria com bancos centrais, ministérios do meio ambiente, instituições financeiras internacionais, grandes bancos, bolsas de valores, fundos de pensão e companhias de seguros.

COP21 GRI G4-15

Pela primeira vez, a FEBRABAN participou de uma conferência do clima, a COP21, realizada em dezembro, em Paris. Isso consolida a posição da entidade não só em relação aos riscos sociais e ambientais, mas também sobre as oportunidades de negócios que surgiram a partir da transição para uma economia de baixo carbono. Na COP 21, a Federação assinou o Protocolo de Boas Práticas Socioam-

bientais para o Setor Financeiro atuante no Estado de São Paulo, com a adesão voluntária de quatro instituições brasileiras. Por meio do acordo, assumiu agir como indutor de práticas de responsabilidade socioambiental no setor bancário, divulgando e estimulando a adesão de seus associados. O objetivo é fomentar o desenvolvimento sustentável no Estado de São Paulo por meio de monitoramento e relato das emissões de GEE pelo setor financeiro, e do gerenciamento do risco socioambiental dos projetos financiados pelos associados da FEBRABAN.

Os bancos aderentes passarão a informar ao governo do estado relatórios sobre emissões diretas e indiretas de Gases do Efeito Estufa (GEE). As diretas são originadas de fontes de propriedade ou controladas pelas instituições, como agências, prédios administrativos, centros de processamento de dados, veículos, sistemas de ar-condicionado e refrigeração. As emissões indiretas provêm de aquisição de energia elétrica ou térmica consumida por essas instituições.

COMISSÃO INTRASSETORIAL

Para debater e construir colaborativamente soluções e inovações em direção a uma economia de baixo carbono, foi instalada em 2015 a Comissão Intrassetorial, composta pela FEBRABAN, BM&FBOVESPA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) e Confederação Nacional das Empresas de Seguros, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

AGENDA PARA 2016

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A FEBRABAN engajada no tema de Responsabilidade Socioambiental participou de diversos fóruns representando o setor. Cite-se: a) Scaling up Debt Capital Markets for Sustainable Development, World Bank, DC, EUA; b) International Sustainable Finanças Forum 2015, Lima, Peru; c) Overview of UNEP Inquiry Events during The World Bank/IMF Annual Meetings, Lima, Peru; e d) Amazon Day, Londres, Inglaterra.

INSTITUTO FEBRABAN DE EDUCAÇÃO (INFI) GRI G4-EC7

O INFI é o instituto de educação da Federação que representa o setor bancário brasileiro, dialogando com mais de 30 comissões e grupos de trabalho formados por representantes dos bancos associados. Oferece diversos cursos direcionados ao segmento bancário, além de preparatórios para certificações específicas e conteúdo para os demais mercados com linguagem plural, nos formatos presencial e a distância.

O Instituto dispõe de duas frentes de educação: profissional e financeira. A primeira é uma evolução do Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB), que envolve a escola de negócios da FEBRABAN e completará 40 anos em 2016. Detém ampla e atualizada grade de cursos, seminários, workshops e educação a distância para treinar e certificar os funcionários de bancos e instituições financeiras. A frente de educação financeira, por sua vez, engloba a plataforma Meu Bolso em Dia, com conteúdos sobre finanças pessoais, consumo consciente e uso correto dos produtos financeiros, e aplicativos gratuitos para o controle do orçamento doméstico para a população. Além disso, oferece o curso *in company*, elaborado sob medida para que empresas de diversos setores capacitem seus profissionais. Em 2015, foram realizados, no âmbito do INFI, 245 cursos, que somaram 5.759 participantes.

PARA 2016 A FEBRABAN TEM ALGUMAS INICIATIVAS DE DESTAQUE EM ANDAMENTO, ENTRE ELAS:

- Estudar potenciais oportunidades de mercado, desenvolver e estruturar modelos de financiamentos viáveis economicamente e ambientalmente corretos para projetos de eficiência energética em edificações existentes (retrofit) e em projetos de novas edificações
- Identificar oportunidades, avaliar entraves e propor facilitadores para aumentar financiamentos à recuperação florestal de áreas degradadas, aumento da produtividade de atividades instaladas ou instalação de atividade econômica em propriedades/áreas rurais
- Ampliar a metodologia para registro de perdas decorrentes de danos socioambientais, atendendo ao disposto no Art. 6, II, da Resolução 4.327
- Identificar riscos e oportunidades em atividades econômicas de uso intensivo de capital natural
- Apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), garantindo a continuidade das operações de crédito rural a partir de maio de 2017
- Mensurar capitais para a economia verde e setores com potencial impacto ambiental, atendendo ao disposto no Art.8, cap. IV, da Resolução 4.327

O INFI possui uma plataforma de ensino a distância, onde os alunos têm acesso a conteúdos formatados com as mais modernas metodologias de ensino, com apoio de tutoria do próprio instituto para o aprendizado possa ser garantido.

A Série Summits são encontros técnicos para a discussão do estado da arte nos temas tratados pelo setor, como questões jurídicas, tecnologia, riscos, *compliance*, prevenção à lavagem de dinheiro, educação corporativa, entre outros. Em 2015 foram realizados 22 Summits.

Após a conclusão dos cursos, os participantes fazem uma avaliação on-line antes de receber os certificados. Em 2015, 90% das avaliações respondidas apontaram que os cursos atingiram ou superaram as expectativas. Os contratantes também avaliam os produtos contratados.

245 cursos

Foram realizados em 2015
no âmbito do Instituto
FEBRABAN de Educação

ENSINO A DISTÂNCIA

Plataforma do INFI possibilita aos alunos ter acesso a conteúdos desenvolvidos em linha com as mais modernas tecnologias. Eles também contam com o apoio de tutoriais para que o aprendizado seja potencializado

EDUCAÇÃO FINANCEIRA GRI G4-EC7 | G4-EC8

Em 2015, a FEBRABAN promoveu pesquisa com a população sobre o uso dos produtos financeiros e o relacionamento com os bancos. Todos os segmentos sociais foram pesquisados, inclusive os microempreendedores individuais. Foi possível verificar que o cartão de crédito, conta corrente e caderneta de poupança são os produtos de maior utilização pela população.

Existe um longo caminho para incluir outros produtos financeiros na cesta de produtos da população, como seguros, previdência complementar e produtos de investimento. Quanto ao relacionamento com os bancos, existe o desejo geral dos entrevistados em estreitar o relacionamento e buscar produtos que os atendam de forma mais diversificada.

CONSUMO CONSCIENTE EM PARCERIA COM O AKATU

O INFI lançou em 2015 o quarto aplicativo da iniciativa Nossa Consumo, que integra o programa Meu Bolso em Dia, em parceria com o Instituto Akatu. O aplicativo anterior, Nossa Transporte, foi baixado por 70 mil pessoas. Os demais – Nossa Água, Nossa Energia e Nossa Alimentação – foram lançados em 2014. Todos têm formato de jogo, apresentam conteúdo didático e auxiliam o usuário a fazer a melhor opção para cada caso, considerando a economia de dinheiro e recursos naturais. A ação está direcionada principalmente aos jovens.

CONHECIMENTO ACADÊMICO GRI G4-EC7

A FEBRABAN busca estimular o debate em torno de questões relevantes tanto para o setor financeiro quanto para o País. Em parceria com o INFI, realizou a sétima edição do Prêmio INFI-FEBRABAN de Economia Bancária, para incentivar estudos e pesquisas acadêmicas sobre temas como papel do crédito no desenvolvimento econômico, comportamento das taxas de juros e do spread bancário, concorrência bancária, pa-

GERENCIAMENTO DE FINANÇAS PESSOAIS

O INFI está desenvolvendo nova plataforma com *software* de educação financeira para dispositivos móveis (*smartphones* e *tablets*), que será lançada em 2016. Trata-se do Jimbo Mobile, *software* para o orçamento das famílias, Meu Negócio em Dia, para a gestão financeira dos empreendedores, além de vídeos e novas páginas para explicar aos usuários como funciona a atividade bancária.

Museu de Arte Contemporânea – Niterói (RJ)



pel da regulação bancária na prevenção de crises, alocação de capital pelas instituições financeiras e ações relacionadas ao processo de educação e inclusão financeira.

A estrutura do prêmio é dinâmica, e os resultados de 2015 mostraram que as mudanças ocorridas desde a primeira edição foram positivas. O grau de interesse e participação cresceu: foram recebidas mais de 70 inscrições, com a seleção de 20 trabalhos submetidos à apreciação da banca examinadora, composta de professores da área de Economia. A ação resultou na premiação dos sete melhores trabalhos nas categorias A – Dissertações, Teses e Artigos Acadêmicos, B – Monografia de Graduação e Especial – Educação Financeira.

O INFI também firmou convênios com as universidades FIPE-USP, EESP-FGV, PUC-RJ e Unicamp, resultando na produção de 16 estudos contendo subsídios técnicos que ajudarão na formulação de propostas de melhoria do funcionamento do setor bancário, além de elevar a visibilidade do setor e facilitar a aproximação com acadêmicos e formadores de opinião. O projeto com as instituições de ensino abriu também espaço para o desenvolvimento de estudos técnicos mais aprofundados de interesse do setor.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) GRI G4-EC7

A FEBRABAN é uma das entidades que compõem o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), cujo objetivo é definir planos, programas e ações e coordenar a execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Essa, por sua vez, visa promover a educação financeira e previdenciária, aumentar a capacidade do cidadão de realizar escolhas conscientes sobre a administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Com a ENEF, a educação financeira passa a ser política de estado, de caráter permanente, envolvendo instituições públicas e privadas de âmbitos federal, estadual e municipal. As ações nesse contexto são obrigatoriamente gratuitas, devem ser de interesse público, não podem ter caráter comercial nem recomendar produtos ou serviços financeiros. O conteúdo deve ser imparcial e técnico, sem nenhum tipo de viés.

PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS GRI G4-EC7

Em 2012, a partir da assinatura de protocolo de cooperação científica com os Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a FEBRABAN se comprometeu com a doação de 6,5 mil bolsas de estudo do Programa Ciência sem Fronteiras, o que envolveu investimento total de US\$ 180,8 milhões em quatro anos – posicionando a organização como a maior patrocinadora privada da iniciativa. Em 2015, a FEBRABAN contribuiu com US\$ 68,7 milhões, última parcela do Programa, finalizando sua participação.

As bolsas do Programa contemplaram as áreas de engenharias e demais áreas tecnológicas, ciências exatas e da terra, biologia, ciências biomédicas e da saúde, computação e tecnologias da informação, tecnologia aeroespacial, fármacos, produção agrícola sustentável, petróleo, gás e carvão mineral, energias renováveis, tecnologia mineral, biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais, biodiversidade e bioprospecção, ciências do mar, indústria criativa, novas tecnologias de engenharia construtiva e formação de tecnólogos.

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI G4

GRI G4-32

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA
ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
G4-1	4
G4-2	36, 37 e 53
PERFIL ORGANIZACIONAL	
G4-3	12
G4-4	13
G4-5	12
G4-6	12
G4-7	12
G4-8	12
G4-9	12 e 15
G4-10	16
G4-11	16
G4-12	A FEBRABAN possui em seu cadastro 325 fornecedores ativos que, refere-se à Contratação de serviços de terceiros, incluindo consultoria, assessoria e auditoria, e fornecedores de bens e materiais, que atendem todas as áreas desta Federação. Essas empresas, em sua grande maioria, são nacionais, e estão localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.
G4-13	2
G4-14	25
G4-15	80
G4-16	24
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES	
G4-17	2
G4-18	2
G4-19	2
G4-20	2
G4-21	2
G4-22	Os dados referentes ao ano de 2014 apresentados nos "Destques" estão discrepantes em relação aos informados no relatório anterior em virtude de atualizações feitas pelas fontes responsáveis por apurá-los.
G4-23	Não houve alteração.
ENGAGEMENT DE STAKEHOLDERS	
G4-24	14
G4-25	14 e 26
G4-26	26
G4-27	2 e 26

PERFIL DO RELATÓRIO	
G4-28	2
G4-29	2
G4-30	2
G4-31	2
G4-32	2 e 86
G4-33	2
GOVERNANÇA	
G4-34	21
ÉTICA E INTEGRIDADE	
G4-56	12 e 13

ASPECTOS MATERIAIS	INFORMAÇÃO SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES	PÁGINA	OMISSÕES
CATEGORIA: ECONÔMICA			
Desempenho econômico	G4-EC1	35	
Impactos econômicos indiretos	G4-EC7 G4-EC8	82, 83 e 85 44 e 83	
CATEGORIA: AMBIENTAL			
Energia	G4-EN3 G4-EN6	27 27	
Produtos e serviços	G4-EN27	8, 56 e 67	
CATEGORIA: SOCIAL			
SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE			
Emprego	G4-LA1	19	
	G4-LA2	16	
	G4-LA3	19	
Treinamento e educação	G4-LA11	20	
Diversidade e igualdade de oportunidades	G4-LA12	20	
SUBCATEGORIA: SOCIEDADE			
Políticas públicas	G4-SO6	A FEBRABAN é apartidária e não faz contribuições financeiras em outro tipo de apoio a campanhas políticas.	
SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
Rotulagem de produtos e serviços	G4-PR5	42 e 43	

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Esta publicação é de responsabilidade da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e está disponível em formato eletrônico em relatorioanual2015.febraban.org.br.

Para dúvidas, sugestões ou comentários, entre em contato com sustentabilidade@febraban.org.br.

FEBRABAN (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS)

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485 –
Torre Norte – 15º andar
CEP 01452-002 – São Paulo (SP) – Brasil
Tels.: 55 (11) 3244-9800/3186-9800
www.febraban.org.br
Twitter @febraban

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO GERAL

Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos
Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN

CONSULTORIA GRI, COORDENAÇÃO EDITORIAL E DESIGN

TheMediaGroup

FOTOS

Shutterstock | Embrapa

REDAÇÃO

KMZ Conteúdo

GRÁFICA

Studio A



FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

www.febaban.org.br